

Departamento de Sociologia

**O ASSOCIATIVISMO JUVENIL EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO
EXPLORATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS
DA CIDADE DE MAPUTO**

Elton Estefane Alberto Macuácuá

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia e Planeamento

Orientador:

Prof. Doutor José Manuel Leite Viegas

Professor Associado com Agregação

ISCTE-IUL

Julho de 2012

AGRADECIMENTOS

A minha primeira mensagem de gratidão é especialmente dirigida aos meus pais, Alberto Macuácuca e Beatriz Mucambe pelo formidável repto a que me colocaram, a dádiva da vida.

Igualmente, aproveito o ensejo para dedicar este trabalho de investigação à memória dos mesmos, que infelizmente não pude desfrutar absolutamente de algum momento familiar com os mesmos, mas que sempre serão a minha alma, força e inspiração.

O meu outro expressivo e incomensurável agradecimento é endereçado ao Professor Doutor José Manuel Leite Viegas pela profunda atenção, dedicação e ensinamentos que me proporcionou na orientação deste estudo.

Aos docentes e colegas do Mestrado em Sociologia e Planeamento com que desfrutei momentos memoráveis ao longo deste percurso vão os meus calorosos e inestimáveis agradecimentos.

Ao IPAD, IBE, ISCTE-IUL pela oportunidade ímpar que estas instituições me proveram para poder realizar este curso.

À Direcção da Juventude e Desporto da Cidade de Maputo, ao Conselho da Juventude da Cidade de Maputo, às associações juvenis e aos jovens associados e não associados envolvidos na pesquisa de campo, vai a minha mais sublime gratidão pela amabilidade e espírito cooperativo por que se pautaram na consumação desta acção específica.

De igual modo, expresso a minha indelével gratidão à Nhacha e Túnia pela compreensão, inspiração e companheirismo incondicionalmente dedicados na prossecução e consecução desta formação.

Por fim, aos familiares e amigos (as) que directa ou indirectamente estiveram comigo nesta caminhada, transmitindo-me energias positivas e inspiradoras vai o meu carinhoso agradecimento.

RESUMO

Os resultados que se apresentam decorrem de um estudo dedicado a problemática do Associativismo Juvenil em Moçambique centrado especificamente na análise exploratória dos fundamentos subjacentes à participação associativa dos jovens associados da cidade de Maputo.

Nele procede-se explorando e analisando os factores motivacionais (individuais e sociais) que explicam o empenhamento associativo dos jovens maputenses. Com efeito, os argumentos teóricos e empíricos apreendidos fundamentam que o móbil dessa participação associativa é essencialmente produto da combinação dos condicionalismos subjectivos e individuais do jovem associado com os que emanam directa ou indirectamente de factores objectivos e estruturais imanentes ao contexto socioeconómico e cultural em que o mesmo está ou esteve integrado.

Palavras-chave: Associativismo; Associações Juvenis; Juventude; Participação Associativa; e Comportamento, Atitudes e Práticas Associativas.

ABSTRACT

The results presented here stem from a study on problems of Youth Associations in Mozambique focusing specifically on exploratory analysis of the reasons motivating the involvement of young people from the city of Maputo into associations.

Underlying factors explaining the voluntary commitment of young people from Maputo to associations are explored and analyzed. Indeed, the theoretical and empirical grounds substantiate that this associative exercise is essentially a product of the combination between the subjective and individual constraints associated with young people and those emanating directly or indirectly from objective factors inherent to structural socio-economic and cultural context in which the same is or has been integrated.

Keywords: Associations, Youth Associations, Youth, Voluntary Participation, and Behavior, Attitudes and Practices of membership.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – CIDADE DE MAPUTO E O ASSOCIATIVISMO JUVENIL	5
1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÓMICA DA CIDADE DE MAPUTO	5
2. PANORAMA DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL EM MOÇAMBIQUE.....	7
PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	9
1. DO ASSOCIATIVISMO À PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA	9
1.1. Sobre as Funções do Associativismo	12
1.2. Sobre as Tipologias e Modalidades Associativas.....	13
1.3. Conceptualização	16
2. OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	19
PARTE III - RESULTADOS DA PESQUISA.....	23
1. CARACTERIZANDO A PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS	23
1.1. Sobre as Modalidades Associativas dos Entrevistados	23
1.2. Frequência e Intensidade de Participação Associativa dos Jovens Associados.....	24
1.3. Motivações para a Participação Associativa dos Jovens.....	26
1.4. Inserção Socioeconómica e Cultural vs Participação Associativa	28
1.5. Importância da Participação Associativa segundo os Associados	31
1.6. A Opinião dos Jovens não Associados	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXOS.....	I
Anexo 1. Localização Geográfica da Cidade de Maputo.....	I
Anexo 2. Divisão Administrativa da Cidade de Maputo	II
Anexo 3. Descrição Sociográfica dos Jovens Associados Entrevistados.....	IV
Anexo 4. Descrição Sociográfica dos Jovens não Associados Entrevistados.....	VIII
Anexo 5. Guião de Entrevista - Jovens Associados.....	IX
Anexo 6. Guião de Entrevista - Jovens não Associados	XIII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Tipologias e Modalidades Associativas Praticadas na Cidade de Maputo 24

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento Analítico da Participação Associativa dos Jovens Maputenses 18

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de Associações Juvenis por Distritos Municipais III
Gráfico 2. Número de Jovens Associados por Distritos Municipais III

INTRODUÇÃO

Os resultados aqui apresentados versam a problemática do Associativismo Juvenil em Moçambique, debruçando-se especificamente sobre a análise e caracterização dos fundamentos da participação associativa dos jovens associados da cidade de Maputo, tendo como objectivo a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Sociologia e Planeamento.

A actualidade do debate sobre o fenómeno associativo encontra a sua centralidade no consenso que a literatura especializada atribui ao papel das associações na vida e dinâmica das sociedades democráticas contemporâneas e, portanto, num plano marcadamente político.

É uma arena social caracteristicamente multifacetada e transversal, suscitando por via disso um assinalável interesse científico, marcado por uma profusão de correntes analíticas, tanto no sentido convergente como no divergente.

Grosso modo, as análises e estudos atinentes ao universo associativo tendem a centrar-se na compreensão das relações das associações com o Estado, as comunidades e a sociedade civil em geral, adoptando abordagens de índole macroteórica de orientação institucionalista e funcionalista que se primam pela sobrevalorização da importância dos aspectos operativos e normativos inerentes à funcionalidade das associações de *per se*, tal como a revisão de literatura atesta adiante.

Inspirando-se na constatação precedente, o estudo em apreço propõe-se desenvolver a sua análise numa perspectiva diferente da anterior, conferindo relevo ao domínio da participação associativa dos indivíduos, no caso vertente dos jovens da cidade de Maputo.

Sob o prisma formal da acção governativa em Moçambique, é preciso referenciar que nos últimos dois quinquénios designadamente 2004-09 e 2010-2014, o poder executivo vigente através dos respectivos Planos Quinquenais de Governação reconheceu na juventude um segmento social de capital importância e, portanto, prioritário nas suas linhas centrais de intervenção.

Na esteira desse comprometimento, o fomento do associativismo juvenil foi apresentado como uma das directivas basilares da intervenção governativa, tendo sido geradas as disposições normativas e legislativas consentâneas para a concretização de tal desiderato. Como corolário desse conjunto de medidas assistiu-se a um notável incremento do interesse dos jovens pelas associações e subsequente crescimento do movimento associativo juvenil.

Foi precisamente nesse contexto, que a cidade de Maputo se destacou na posição dianteira a nível nacional no que concerne à densidade de associações juvenis, com um universo de 165 associações legalmente estabelecidas só no período compreendido entre Janeiro e Julho de 2010, abrangendo uma franja global de 6971 jovens associados¹ (*vide* os gráficos 1 e 2).

¹Segundo o Directório Nacional das Associações Juvenis de 2010 produzido pelo Ministério da Juventude e Desporto de Moçambique.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

No entanto, constata-se que o interesse científico e produção académica na perspectiva de reflectir e compreender o fenómeno associativo emergente passam por um estágio de materialização titubeante e, portanto, incipiente, não logrando dar a necessária vazão ao ritmo de crescimento e relevância que o caracterizam.

A limitada literatura produzida sobre o fenómeno associativo em Moçambique não se furta da lógica institucionalista e funcionalista supracitadas, cuja focalização gravita estritamente em torno das associações juvenis, debruçando-se mormente sobre a sua componente operativa, normativa e de relações intersectoriais com o Estado, as organizações da sociedade civil e não governamentais e a comunidade em geral.

O que legitima a pertinência e o grau de oportunidade da efectivação desta investigação sobre a participação associativa com epicentro nas questões inerentes ao próprio associado, enquanto elemento motor da vida associativa.

Para a consumação da investigação propriamente dita, o estudo marca o seu primeiro passo, levantando a questão de saber, “como caracterizar o móbil da participação associativa dos jovens da cidade de Maputo”.

Considerando a sua questão inicial e basilar, o estudo preconiza como objectivo geral, o de compreender os fundamentos subjacentes à participação associativa dos jovens maputenses. No desdobramento deste objectivo matricial emergem os de natureza específica, discriminadamente:

- a) Percepcionar as opções e orientações associativas dos jovens no que concerne à tipologia e modalidades associativas;
- b) Caracterizar os padrões da participação associativa dos jovens, frisando a sua subsequente intensidade;
- c) Analisar a lógica da participação associativa dos jovens tendo em linha de conta a sua inserção socioeconómica e cultural;
- d) Explorar o sentido e a importância da participação associativa dos jovens com fundamento na verbalização dos próprios associados, considerando, de igual modo, a perspectiva dos não associados.

Em termos de estrutura formal o trabalho comporta as 3 principais partes que a seguir se arrolam:

A parte I consiste basicamente na caracterização socioeconómica da cidade de Maputo, na qual estão visualizadas as principais forças e áreas estratégicas que a tipificam nesse domínio, por

um lado e, referencia o panorama do associativismo juvenil em Moçambique, dando ênfase aos meandros da sua génese e desenvolvimento até aos dias correntes, por outro.

A parte II é essencialmente atinente ao enquadramento teórico e metodológico, procedendo-se, em primeiro plano, a revisão de literatura sobre o associativismo em geral e da participação associativa em particular e, em segundo, a descrição e fundamentação das opções metodológicas empreendidas no desencadeamento da respectiva análise teórica e empírica da investigação em apreço.

Por fim, a parte III apresenta fundamentalmente os resultados da investigação desenrolada, enunciando detalhadamente os elementos chaves que permitem caracterizar e perceber os fundamentos da participação associativa dos jovens associados maputenses, sem, contudo, sub-representar a sensibilidade dos jovens não associados.

PARTE I – CIDADE DE MAPUTO E O ASSOCIATIVISMO JUVENIL

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÓMICA DA CIDADE DE MAPUTO

Com efeito, é *a priori* importante realçar que a cidade de Maputo, outrora Lourenço Marques, conta com 125 anos de existência, constituiu a capital e a maior cidade de Moçambique. Ela localiza-se geograficamente na baía com o mesmo nome e tem uma extensão territorial de cerca de 300km², incluindo os territórios da KaTembe e Ilha da KaNyaka. É limitada a Oeste pelo Vale do Infulene, que o separa do Município da Matola, a Este, pelo Oceano Índico, a Sul, pelo Distrito de Matutuíne e, a Norte, pelo Distrito de Marracuene² (*vide* o anexo1).

Sob o prisma da divisão administrativa e municipal, a cidade de Maputo possui 7 distritos municipais (DM), obedecendo a seguinte distribuição de bairros: DM 1 – Ka Mpfumo (11 bairros); DM 2 – KaNlhamankulu (11 bairros); DM 3 – KaMaxaquene (8 bairros); DM 4 – KaMavota (11 bairros); DM 5 – KaMubukwana (14 bairros); DM 6 de KaTembe (5 bairros); e o DM 7 de KaNyaka (3 bairros)³ (*vide* o anexo2).

No que concerne ao clima, a cidade de Maputo caracteriza-se pelo seu clima tropical seco, tendo a temperatura mínima absoluta de 10,2°C, a média de 23°C e a máxima absoluta de 40,5°C. Nesta cidade, também regista-se a precipitação em (mm) de 915,6 e a humidade relativa do ar (%) situa-se em 78,7.

Do ponto de vista demográfico, é de sublinhar que ela tem uma densidade de habitantes de cerca de 1 244 227, comportando 611 090 homens e 633 137 mulheres⁴. Desse universo populacional global 62,3% é economicamente activa.

É, igualmente importante salientar, que cerca de 46,9% dos habitantes maputenses correspondem a população jovem, reflectindo uma fatia total de 584 081 habitantes, dos quais 279 392 são do sexo masculino e 304 689 do sexo feminino. A esperança de vida é de 55 anos. É, também interessante frisar, que 63% da população de Maputo mora em habitações com electricidade e cerca de 55,1% tem água canalizada⁵.

Maputo distingue-se, de igual modo, pelo seu forte carácter multilíngue, expressando-se da seguinte maneira: 42,9% da sua população é falante da língua portuguesa (língua oficial); 31,5% de *Xichangana*; 9,7% de *Xirhonga*; 3,3% de *Chichopi*; 3,5% de *Xitshwa*; 2,8% de *Bitonga*; 4,4% de outras línguas maternas nacionais; e 1,3% de línguas estrangeiras.

² Conselho Municipal de Maputo (2007), Perfil Estatístico do Município de Maputo 2004-07, Maputo.

³ *Idem*, pag.13-17.

⁴ Instituto Nacional de Estatística (2008), III Recenseamento Geral da População e Habitação – 2007, Maputo.

⁵ *Idem*.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Esta especificidade linguística de Maputo encontra a sua razão de ser no facto de tratar-se da capital do país, detendo uma significativa tradição no acolhimento de habitantes oriundos dos mais distintos pontos ou províncias do país e do estrangeiro que a demandam na busca de melhores oportunidades de vida (negócio, emprego e formação), entre outras motivações.

Na senda do anterior tópico, é ainda de se salientar a significativa e crescente urbanização da cidade de Maputo, o seu carácter cosmopolita e multicultural, as suas valências em termos de património museológico e/ou histórico-cultural e o facto de nela estarem sedeados os maiores centros tecnológicos, turísticos, comerciais e industriais do país e até da sub-região africana, dada a sua localização estratégica em relação aos países do *interland*.

Em última análise, atinente à vertente económica, a cidade de Maputo assume o estatuto de maior e principal centro financeiro, corporativo e mercantil do país. Nela se encontra o maior parque nacional de infra-estruturas socioeconómicas e industriais, com realce para os sectores aeroportuário e ferroviário que registam um franco e consolidado crescimento. A capital moçambicana é, com fundamento nas suas mais-valias socioeconómicas e culturais, responsável por 20,2% do Produto Interno Bruto de Moçambique.

2. PANORAMA DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL EM MOÇAMBIQUE

O associativismo emergiu no período que precede a proclamação da independência nacional, ou seja, antes de 1975, cujo exercício estava associado a motivações e vocações de carácter religioso, político, estudantil, recreativo e cultural, tendo na exaltação da africanidade o seu princípio norteador.

Na generalidade a motivação básica das iniciativas associativas de outrora prendia-se com o objectivo de reivindicar a autonomia da colónia perante a metrópole e, por conseguinte, incutir nos seus pares o sentido nacionalista (Biza, 2007) e (Kulipossa, 1997).

É nesta esteira que, de acordo com Biza (2009:382), o fenómeno associativo juvenil despontou e se afirmou de forma notória no fim da década 1990, na qual se observou um assinalável nascimento de associações juvenis de natureza estudantil, cultural, desportiva, recreativa, humanitária, religiosa e política.

O autor sublinha que a fase embrionária das associações juvenis caracterizou-se por elas actuarem em formato de ligas, estando esmagadoramente concentradas nos maiores centros urbanos. Uma parte expressiva destas associações se pautava por uma actuação com elevada discricção, o que pode estar associado ao contexto sociopolítico daquela altura, caracterizado pelo monopartidarismo de inspiração socialista e de ideologia marxista-leninista. A par deste facto conjuntural, sobrevém ainda a crise socioeconómica agudizada pelo ónus do impacto da guerra civil vivida imediatamente a seguir a independência nacional.

Contudo, Biza (2009:383) referencia a emergência de um novo *status quo* sociopolítico a partir dos primórdios da década de 90, que se traduziu na implementação de reformas estruturais, cujo ponto culminante foi a liberalização económica e política, marcando a abertura do país para o multipartidarismo.

Foi neste contexto, que o país viu adoptado o novo texto constitucional pela Assembleia Popular, exortando e instituindo de forma sublime e categórica a necessidade da preservação e respeito pelos direitos individuais, a livre expressão, o direito à associação e a consequente abertura de novos espaços de participação cívica na esfera pública.

Com alicerce neste marco constitucional, o país assistiu a uma paradigmática viragem na abordagem do universo associativo em geral e do juvenil em particular. Como resultado desse processo, assistiu-se a uma gradativa proliferação de organizações de jovens com uma variedade de iniciativas ligadas aos mais diversos domínios da sociedade, despoletando o interesse público para a problematização da participação da juventude no desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

O que tornou premente e actual a questão de saber como tornar efectivo o contributo dos jovens nas sinergias conducentes à melhoria de vida das comunidades locais e sociedade em geral e, sobretudo, como empreender a acção e intervenção públicas em prol desse desiderato.

É na busca de respostas a estes desafios, que se desencadearam os factos e momentos mais significativos do enquadramento normativo e legal do associativismo juvenil. Nessa óptica, o executivo governativo preconizou e aprovou a lei n°8/91 de 18 de Julho, que no seu artigo 8 define de forma inequívoca e veemente os contornos filosóficos e operativos das associações juvenis.

O Conselho de Ministros outorgou igualmente a resolução n°4/96 que estabelece e promulga a Política da Juventude, traçando os princípios e a estratégia do governo no domínio da juventude, vincando dessa maneira o seu engajamento político e público para com os assuntos da juventude, nomeadamente no fomento do associativismo juvenil, na assistência técnica, metodológica e capacitação institucional das associações juvenis.

Foi nesta atmosfera sociopolítica, que o domínio da juventude deixou de ter uma mera secretaria e passou a dispor de um ministério, ainda que inicialmente fundido com a cultura e mais tarde com o desporto.

As reformas governativas no campo da juventude não se cingiram por aí. No quinquénio governativo de 2000-2004 foram institucionalizadas as jornadas, conferências e os encontros locais e nacionais da juventude orientados mormente para o fortalecimento e consolidação do papel do associativismo juvenil.

No quinquénio seguinte (2005-09), fruto de uma auscultação pública à sociedade civil, o governo definiu e ratificou a resolução n°32/2006, aprovando a Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude, que molda os mecanismos operativos da prossecução e consecução dos desafios da juventude.

Ainda neste prisma, foi aprovado pelo governo o decreto n°44/2007 de 20 de Outubro que estipula os procedimentos para o reconhecimento das associações juvenis⁶.

⁶ Neste contexto são também factos marcantes a ratificação em 2009 da Carta Africana da Juventude pela Assembleia da República de Moçambique e o início do processo da revisão e actualização global da legislação e disposições normativas atinentes a juventude.

PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1. DO ASSOCIATIVISMO À PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA

O interesse científico pela arena associativa não é exclusivamente apanágio da teoria sociológica clássica e contemporânea ou de qualquer outro domínio de conhecimento, a sua centralidade data dos primórdios das ciências sociais em geral. Nesta óptica, procede-se numa tónica diacrónica à necessária revalorização analítica da literatura referente à problemática em estudo, com o objectivo de apreender e apurar as suas diferentes abordagens teóricas.

Importa referir, *a priori*, que uma das mais salientes idiosincrasias do universo associativo pode estar relacionada com o facto de este comportar no seu substrato um campo de extrema complexidade e transversalidade, dando azo à proliferação de análises acentuadamente pautadas por um sentido ambivalente.

No cômputo geral, o associativismo é abordado sob um ângulo de cariz institucionalista e funcionalista, dando primazia aos efeitos benéficos e positivos que se crê prover à dinâmica das sociedades democráticas.

Uma das pioneiras e clássicas menções ao tema das associações foi protagonizada por Alexis de Tocquville que uma vez entusiasmado com a sua experiência positiva em relação ao papel das associações no contexto norte-americano, vaticina com clarividência a preponderância das associações quando intrinsecamente sincronizadas à evolução da democracia na prossecução e consecução dos seus mais elevados desígnios que são a defesa da liberdade e a igualdade de direitos e condições entre os cidadãos (Tocqueville, 2001).

Na senda da perspectiva liberal toquevilliana e, não obstante, as reservas e clivagens analíticas de então, depreende-se a assunção generalizada da tese das virtuosidades cívicas e democráticas decorrentes do exercício associativo. Contributos como do comunitarismo (Etzioni, 1993; e Bellah, 1985), do neocooperativismo (Mansbridge, 1995; Schmitter, 1995), do neopluralismo (Cohen e Rogers, 1995; Hirst, 1994), do capital social (Putnam, 1993 e 2000); e (Kulipossa, 1997) são no seu âmago tributários dessa inspiração de Tocqueville que enfatiza a conexão entre as associações e a democraticidade, advogando em uníssono de forma explícita ou implícita a necessidade da revitalização da democracia moderna assente na cultura associativa.

Por seu turno, Émile Durkheim parece dar indicações inequívocas de convergência analítica com Tocquville, pois, embora se tenha focado directamente nos agrupamentos de índole socioprofissional, fundamenta que associações se revestem de um papel crucial na *interface* entre o indivíduo e o Estado, aproximando-os e expressando a acção e consciência colectivas (Durkheim, 1973:33).

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Em dissensão a essa visão otimista das associações encabeçada por Tocqueville, várias vozes e correntes emergiram advertindo a pertinência de uma análise mais criticamente circunstanciada em relação à centralidade atribuída as associações enquanto panaceia da dinâmica democrática, compulsando minuciosamente as perversidades e ambivalências que as mesmas suscitam.

É precisamente sobre este aspecto que Max Weber esboça um olhar crítico caracterizando «o homem contemporâneo como um ser associativo, até um ponto aterrador, nunca imaginado» Weber (1924:442). Para este autor as associações e outras organizações sociais criam e alimentam a passividade e o sentido de vassalagem nos cidadãos, razão pela qual os poderes monarcas e autoritários são apologistas e entusiastas da acção associativa.

Prosseguindo com a leitura weberiana, os pluralistas aparecem em posição oposta dos neoliberais e republicanos, apregoando que as associações são parte do problema quanto da solução, alertando implicitamente para o efeito gerador de passividade que a organizações sociais podem surtir e sugerem a necessidade da eliminação dos mecanismos restritivos da participação social de certos segmentos, garantindo a representatividade de todas as formas de expressão sociocultural.

No entendimento dos republicanos na voz de Arendt (1951:203), «as associações apolíticas ameaçam quer a pureza quer a racionalidade da política». A autora assevera que se o privado e o social se transformarem em políticos, a política estará fadada a degenerar-se em governo de administração.

Ainda nesta linha antitética de pensamento, Wright (1995:2) demarca-se de Tocqueville indagando-o no que se refere à contradição a que se incorre com o reforço do papel das associações, visto que pode fazer resvalar a sua autonomia relativamente ao Estado, tornando-se num mero mecanismo de controlo social no lugar de agente de participação associativa.

Cohen e Rogers (1995:53) afirmam que a importância e massificação do fenómeno associativo podem ser compreendidas ao abrigo da crescente divergência entre o poder político e os interesses dos cidadãos, ou seja, em face da crise do *Welfare State* e da democracia representativa.

Viegas *et al.* (2010:158) juntam-se a esta reflexão não propriamente como detractores do optimismo tocquevilliano em relação ao papel das associações na democraticidade das sociedades, mas para enriquecer o debate, alertando os arautos e/ou seguidores dessa tese para a importância de não descurarem os casos dos grupos radicais ou extremistas, cuja associabilidade se presta a orientações exclusivistas, podendo até recorrer a mecanismos violentos e repressivos para a salvaguarda dos seus interesses.

Por seu turno, Roßteutscher (2000:247) mostra-se indubitavelmente céptica em relação a visão absolutista da democracia associativa proposta por Cohen e Rogers quando eles afirmam teoricamente que a democracia está funcional e normativamente alicerçada numa cultura associativa

intensa, constituindo as associações a condição *sine qua non*, ainda que, insuficiente, para deliberar sobre a operacionalidade da vida democracia.

A autora elucida que há ainda um incomensurável défice de elementos teóricos e empíricos para consubstanciar tal asserção e, que por enquanto, não parece passar de um mero argumento discursivo e ideológico.

Hirst (1995:111) também assume uma aceção reservada relativamente à democracia associativa, argumentando que o Estado não tem a capacidade de instrumentalização de que os seus precursores o outorgam, nem as associações se afiguram suficientemente representativas dos vários interesses colectivos para serem um elo eficaz e efectivo de conexão com os centros decisórios formais.

Uma outra vertente não menos importante e influente deste debate é a dos teóricos que realçam o carácter nevrálgico das associações na produção de capital social, na medida em que um dos seus *outputs* nevrálgicos consiste precisamente na prevenção da perda de confiança e desintegração social, cuja aplicabilidade é segundo os seus defensores universalizável. Refira-se que esta leitura não é cabalmente inovadora, tendo sido outrora adoptada por Glen Loury, 1977, Pierre Bourdieu em 1989 e J. S. Coleman em 1988.

Putnam (1993:163), um dos mais representativos e notáveis intérpretes da versão teórica do capital social, é categórico em afirmar que a vida colectiva é melhor quando as partes cooperam entre si. Pelo que, para esta abordagem a consciência cívica do bem comum, as redes sociais, a confiança e normas são os elementos-chave que quando acumulados fundamentam as virtuosidades da participação associativa e social em contextos democráticos.

Deste modo, o capital social, de acordo com o autor, traduz a panóplia de conhecimentos, experiências e costumes acumulados, que são partilhados intergeracionalmente pelos grupos sociais ou comunidades, cuja sustentação se funda na aceitação e legitimação pelos seus membros das normas sociais de reciprocidade, no sentimento de confiança social e de partilha de objectivos comuns, determinando por via disso a propensão ou não à actuação colectiva dos seus integrantes.

No entanto, Putnam não esteve imune de observações por parte de vários autores, Roßteutescher (2000); Portes (2000); Whiteley (2002); e Newton (2002) interpelam-no com criticismo, na medida em que entendem haver uma circularidade lógica no seu raciocínio, sendo o capital social simultaneamente causa e efeito. Estes críticos sublinham o carácter ambivalente das demonstrações e argumentos de Putnam, havendo matéria empírica suficiente que documente que a confiança resulta da pertença a associações, tal como há estudos que comprovem que a confiança é precondição para a adesão associativa.

Newton (2002) particularmente o alerta em relação as perniciosidades do capital social ou do que ele denomina por capital associativo, nomeadamente: a exclusão de não membros, as exigências excessivas a membros e restrições às liberdades individuais.

Em suma, deste sintético balanço teórico atinente aos contornos do fenómeno associativo se pode conjecturar que de Tocqueville (neoliberalismo), passando pelo republicanismo, pluralismo, democracia associativa à corrente do capital social há uma generalizada tendência de se visualizar o associativismo numa perspectiva macroteórica.

Outrossim, depreende-se da discussão teórica desencadeada, que o associativismo é marcado por acentuada bipolarização analítica configurada pela adopção, por um lado, de uma visão “pro-associativista” que apregoa as associações como o elemento determinante da dinâmica democrática e, por outro, de uma perspectiva “anti-associativista”, que apela a necessidade de se efectuar uma análise mais aprofundada e criticista respeitante às virtudes e ganhos das associações no contexto geral das sociedades democráticas.

Paralelamente, num sector intermédio entre os precedentes, não é de subestimar a linha analítica dos teóricos que se assumem tendencialmente como moderados, ou seja, embora sensibilizados pelas virtudes e competências cívicas que as associações podem proporcionar a democraticidade, não deixam de reflectir sobre alguns dos seus paradoxos e ambivalências, bem como de chamarem atenção para a existência de outros factores decisivos, propondo leituras mais ponderadas e abertas.

1.1.Sobre as Funções do Associativismo

Viegas (2004:33) traduz as forças da institucionalização das relações entre as associações e o Estado que estão no epicentro desta discussão, sintetizando-as nos seguintes pontos: a) a canalização de uma melhor informação aos decisores políticos; b) a propiciação de uma democracia representativa cada vez mais equitativa dos diversos grupos de interesses; c) o incremento da educação cívica dos cidadãos; e d) a própria participação associativa que gera ganhos de eficácia governativa.

Estas quatro fortalezas podem ser eficazmente condensadas considerando primordialmente as duas funções centrais das associações para a democracia participativa apregoadas por Sigrid Roßteutscher *Apud* Viegas *et al.* (2000:234), discriminadamente: a de escola de democracia e de integração social.

Para corroborar e enfatizar a leitura das funções das associações nos termos expostos, Fung (2003) ressalta, em igual medida, a importância de duas funções, a primeira como mecanismo de superação das limitações no plano dos *outputs* da acção governativa e a segunda na redução do défice de participação dos cidadãos nos *inputs* da governação.

É com alicerce nesta linha de pensamento, que se pode constatar que as associações são genericamente consideradas o núcleo fundamental da sociedade civil, canalizando para a esfera pública os problemas existenciais da vida privada dos cidadãos, com vista à sua discussão aberta e alargada, quer através da comunicação social, quer por outros meios, condicionando a cristalização do sentido pluralista e da consciência cívica e política dos actores sociais ou cidadãos em causa (Habermas, 1996; e Viegas, 2004:36).

O que leva a conjecturar, em última análise, que as associações são encaradas por estes estudiosos como uma alavanca enérgica e imprescindível, para que a dinâmica democrática se reja por uma abordagem *bottom-up* com a necessária fluidez e retroactividade na perspectiva da igualização de direitos, oportunidades e recursos entre os indivíduos e, acima de tudo, com horizonte no propósito da inculcação e enraizamento da cidadania participativa.

1.2. Sobre as Tipologias e Modalidades Associativas

Neste domínio, Viegas (2010:164) refere que um dos parâmetros incontornáveis da análise do envolvimento associativo dos indivíduos decorre da apreensão e apropriação do carácter diferenciado e específico das associações e, por conseguinte, dos padrões, lógicas e modalidades de engajamento associativo.

Operacionalizando a sua asserção, o autor combina as propostas de Wessel (1997) e Van Deth e Kreuter (1998) para conceber a seguinte tipologia de associações:

- a) Associações de integração social, que compreendem as modalidades associativas de solidariedade social, religiosa, desportiva, cultural, recreativa, a de pais e de moradores;
- b) As associações de defesa de interesses de grupo nas quais integra as modalidades associativas como os sindicatos, as ordens, associações profissionais, de pensionistas, empresariais e financeiras; e
- c) As associações que expressam os novos movimentos sociais comportando as de consumidores, ecologistas e de defesa de animais, entre outras.

Visualizando o movimento associativo juvenil da cidade de Maputo com fundamento na ferramenta proposta por Viegas, é perceptível que o seu mosaico tipológico indica a predominância de associações juvenis de integração social, com 148 associações juvenis que se traduzem em 89,69% do universo associativo global de 165 associações (*vide* a tabela 1.5. adiante).

Para lá da questão meramente tipológica do mosaico associativo é, acima de tudo, deveras fulcral identificar as associações pelo seu papel central, percepcionando o impacto da sociabilidade em grupos ou redes sociais, os valores e factores colectivos resultantes da mobilização associativa

dos indivíduos. Pois, «as associações são diferentes nas suas finalidades e organização, marcando de forma diferenciada as atitudes cívicas e políticas dos seus membros» (Moura, 2008:124).

Neste sentido, Warren *Apud* Viegas (2009:120) sublinha a centralidade da análise dos efeitos das associações como outra pré-condição matricial para dissecar a participação associativa dos indivíduos, configurando os valores e as razões determinantes que permitem compreender a racionalidade do envolvimento associativo dos jovens a partir dos benefícios ou mais-valias que as associações os proporcionam. Com efeito, o autor salienta tais efeitos em três dimensões:

- a) Efeitos a nível individual: materializados no incremento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, da sensibilidade crítica, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
- b) Efeitos ao nível da esfera pública: que consistem na transformação dos problemas individuais em questões de carácter público e políticos; e
- c) Efeitos institucionais: que advêm da representação de interesses, identidades e orientações normativas a nível institucional; suporte de acções colectivas de protesto e resistência; funções de coordenação e regulação; e do papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Inglehart *Apud* Viegas (2009:140) discorre sobre esta temática salientando que as dificuldades ou crises financeiras dos associados poderão igualmente constituir um dos factores de retracção ou desinvestimento associativo ou, pelo menos, da opção por um envolvimento mais individualizado.

Consubstanciando a asserção anterior, Inglehart *Apud* França *et al.* (1993:222) propõe dois essenciais eixos de valores sociopolíticos que caracterizam e determinam a actuação cívica dos associados, designadamente: os materialistas que se prendem com a satisfação das necessidades básicas, o bem-estar económico e a coesão social; e os pós-materialistas que espelham as novas preocupações sociais e individuais, como sejam, as de carácter intelectual, a qualidade de vida, a estética, a participação nos processos de tomada de decisão ligados ao trabalho, locais de residência e sistema político e ainda a educação ambiental e ecológica.

Importa sublinhar, que a emergência destes valores pós-materialistas aludidos por Inglehart podem igualmente ter a sua explicação nos níveis de instrução adquiridos pelos associados ao longo da sua trajectória sociopolítica, na medida em que é por esse mecanismo que mesmos apreendem e solidificam as suas competências cognitivas, comunicativas e cívicas, facilitando a sua abertura e descentração do espaço social imediato.

Prosseguindo com essa reflexão, Viegas (2009:141) estende os seus tópicos de argumentação elencando a laicização das sociedades desenvolvidas como um dos factores que poderá concorrer para o relativo défice de engajamento em associações religiosas. Na mesma linha de ideias, o autor

também associa o investimento associativo à educação superior, para consubstanciar a importância do capital simbólico na dinâmica associativa dos indivíduos. Outrossim, relaciona a identidade ideológica e/ou partidária dos indivíduos para do mesmo modo explicar as pertenças e padrões de associatividade.

Por seu turno, Barthelemy (2002:68), ainda que numa abordagem contestada por alguns autores dos quais se menciona Loforte (1996), arrola dois principais requisitos que garantem a exequibilidade do fenómeno associativo, em primeiro lugar, o relativo gorar ou desvanecer dos grupos primários de sociabilidade e, em segundo, a incipiente ou deficitária integração social que premedita os actores sociais a agruparem-se tendo em conta as suas especificidades e interesses concretos.

Por sua vez, Biza (2009:382) que investigou o universo associativo moçambicano, visualiza a opção pela vida associativa por parte dos jovens maputenses a nível discursivo como resultado da busca de legitimação sociopolítica em resposta a uma visão que os encara como inertes ou passivos na resolução das suas mazelas sociais particulares e da sociedade em geral.

Aguçando a sua atenção em torno do engajamento associativo dos jovens, Biza (2009:388) reflecte sobre o alcance dos objectivos (individuais ou colectivos) em jogo, avaliando-os no tempo (curto, médio e longos prazos). O autor depreende que o investimento associativo dos jovens resulta de razões práticas, que se prendem com as suas dificuldades financeiras e de inserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o autor afirma que os jovens vêm no associativismo um mecanismo estratégico para lograrem o seu reconhecimento social. Este raciocínio pode ser associado a visão que considera as associações como entidades que propiciam aos jovens a socialização pelo trabalho, proporcionando-lhes um ambiente e cultura profissionais.

Biza amplia e aprofunda os seus ângulos de análise, parafraseando os seus entrevistados para invocar a convivialidade, o altruísmo, os valores religiosos, a solidariedade e humanismo como sendo igualmente factores motivacionais inquestionáveis da entrega dos jovens ao trabalho associativo.

O autor também realça a convicção de alguns dos seus jovens entrevistados, que argumentam investir na vida associativa na medida em que lhes providencia o espaço necessário para o desenvolvimento da criatividade, o estímulo da livre iniciativa, mais competências formativas, profissionais e cívicas e como trampolim para a sua auto-afirmação material e financeira.

Em suma, os elementos informativos resultantes da fase exploratória e do enquadramento teórico do presente estudo permitem consubstanciar que a caracterização dos fundamentos subjacentes à participação associativa dos jovens maputenses suscitam *a priori* a necessidade e pertinência de a compreender tomando em consideração a relação complexa e recíproca entre as

convicções subjectivas do jovem associado e as motivações resultantes de factores que emanam directa e indirectamente da trajectória e/ou conjuntura socioeconómica e cultural que o envolvem.

1.3. Conceptualização

Sobre o primeiro conceito chave, o de associação, Weber (1983:106) a entende «como um agrupamento, uma relação social, onde determinado indivíduo assegura a manutenção da ordem, enquanto dirigente ou direcção administrativa com legitimidade para executar tal prerrogativa».

O que pressagia, na perspectiva do autor, uma relação social com uma regulamentação limitadora para o exterior quando a manutenção da sua ordem está assegurada pela conduta de determinadas pessoas especialmente destinadas a este propósito. Contudo, Weber não se desfoca do aspecto central que diferencia a associação dos outros agrupamentos que assenta exactamente na sua natureza voluntária.

Por seu turno, Meister (1972:14) corroborando com o último detalhe da abordagem anterior, concebe a «associação como todo o agrupamento de indivíduos que se juntam voluntariamente para partilharem as suas experiências, conhecimentos ou actividades, estabelecendo para tal procedimentos e regras que viabilizam a comunhão dos benefícios em causa e a defesa dos interesses a si imanentes».

Um dos aspectos estruturantes da lógica do raciocínio de Meister reside no facto dele pressupor a existência da compreensão mútua e aberta entre os associados e uma filosofia deliberativa marcadamente horizontal, ou seja, da partilha de uma visão pluralista e concertada sobre os objectivos, critérios e métodos que devem reger a resolução dos seus principais desafios.

Relativamente ao conceito de jovem, importa destacar o que está convencionado pela legislação moçambicana nuclear sobre a juventude, segundo a qual «jovem é todo o indivíduo moçambicano do grupo etário dos 15 aos 35 anos de idade, respeitando as condições objectivas do ambiente e contexto histórico, sociopolítico e económico do país⁷».

Pais (1993:29) advoga um conceito de juventude, cujo valor sociológico reside na perspectiva sincretista por ele adoptada, considerando simultaneamente os argumentos centrais da leitura geracional (focalizada no sentido de fase de vida que marca a continuidade/descontinuidade dos

⁷Resolução n.º 32/2006 do Conselho de Ministros que aprova a Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude de Moçambique.

valores intergeracionais) e classista (que espelha a reprodução social em termos de classes sociais, realçando a questão das desigualdades sociais).

Nessa óptica, o autor visualiza «a juventude como uma categoria socialmente construída no contexto específico de circunstâncias económicas, sociais ou políticas, cuja modificação vai se operando no tempo».

Assim, o autor se distancia da abordagem marcadamente essencialista dos jovens que os relaciona de forma redutora com as suas características biológicas decorrentes de uma fase típica da vida, considerando todo o detalhe das condições existenciais e vivenciais nas quais estão imersos.

Ou seja, como referem Almeida *et al.* (1996:34) «é mais correcto dizer que a noção de “juventude” recobre uma pluralidade de condições sociais específicas que decorrem, por um lado, das condições de partida herdadas das famílias de origem e, por outro lado, das trajectórias sociais dos próprios jovens, nomeadamente no plano escolar e profissional».

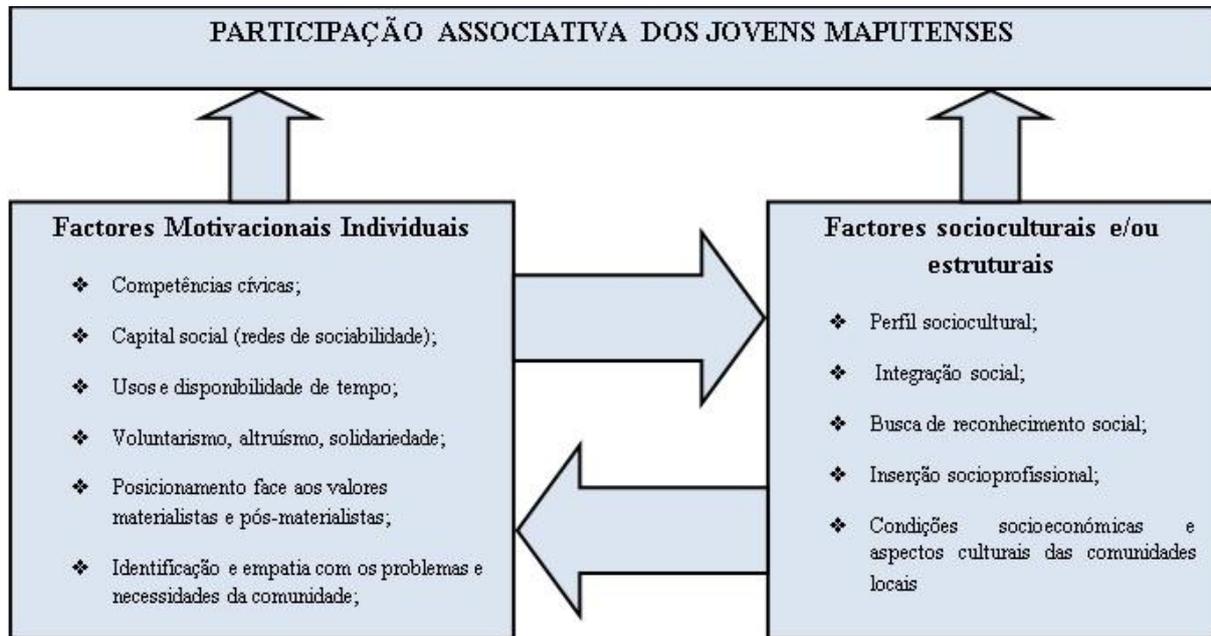
No que concerne ao conceito de participação associativa, Rego (2007:44) adopta uma abordagem híbrida, traduzindo-a como «um misto de empenhamento, compromisso e mobilização, referindo-se antes de mais aos indivíduos».

Definida de forma operacional, a participação associativa assenta na premissa básica de que o indivíduo ou jovem possui um vínculo de membro, ou apenas, de voluntário com alguma organização social, especificamente com as associações juvenis.

Para lá desse mero vínculo de membro, interessa neste estudo desvendar os aspectos relevantes, que permitem aferir os factores motivacionais do grau de participação e de comprometimento associativo dos jovens maputenses, considerando os nexos que se estabelecem entre as características sociais e as redes de sociabilidades dos mesmos e o próprio carácter pluridimensional e transversal que tipifica o facto associativo.

Com efeito, assumindo com o necessário pragmatismo os aspectos de fundo suscitados no discorrer da problemática em apreço, é em seguida apresentado o devido modelo de análise em coerência e consonância com a questão inicial e os objectivos fulcrais do estudo, cujo aprofundamento empírico permitirá averiguar se a realidade social captada se aproxima do quadro teórico proposto.

Figura 1. Enquadramento Analítico da Participação Associativa dos Jovens Maputenses



2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Desde logo, importa reafirmar com argumento nos pressupostos teórico-conceituais precedentemente explanados, que o presente estudo está assente num modelo de explicação de carácter compreensivo e interpretativo na medida em que se revelou o mais apropriado e eficaz para perceber com a devida plausibilidade e acuidade metodológicas os contornos motivacionais da participação associativa dos jovens associados maputenses.

Como refere Max Weber *Apud* Florestan (1959:94), a Sociologia deve estar centrada na captação compreensiva e interpretativa do sentido da acção social, a fim de apreender e explicá-la em seus desenvolvimentos ou efeitos, cujo êxito é determinado pela capacidade do sociólogo em discernir o sentido subjectivo ou mental das acções empreendidas por sujeitos.

Reforçando essa aceção, para Coutinho (2011:16) o modelo compreensivo e interpretativo é o mais consentâneo para penetrar no mundo pessoal dos sujeitos com o propósito de filtrar a forma como os mesmos interpretam as diversas situações em que estão imersos e os significados que as mesmas têm para eles, o que pressupõe que a investigação implique inequivocamente interpretar acções de quem é igualmente intérprete, envolvendo desse modo interpretações de interpretações.

Nessa ordem de raciocínio, o estudo optou por uma metodologia de índole qualitativa, pois, com ela se tornou factível e viável a imersão ao mundo social e vivido no sentido de colher os significados profundos dos comportamentos emanadas na dinâmica das interacções sociais, ou seja, parafraseando Coutinho (2011:16) «trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas acções individuais e nas interacções sociais a partir da perspectiva dos actores intervenientes no processo».

Dessa forma, a metodologia qualitativa propiciou o necessário e suficiente contacto com o universo associativo dos jovens maputenses no sentido de captar e aprofundar o móbil da sua participação associativa a partir da significação e importância que os mesmos a advogam representar para si.

O que permitiu a materialização de uma profícua e sistemática inter-relação entre o investigador e a realidade social associativa em causa, condição necessária e chave para explorar minuciosamente a relação dinâmica entre o sujeito e objecto em análise, buscando reter os significados e valores manifestos e latentes subjacentes na interactividade por eles desencadeada.

Em suma, a metodologia qualitativa é segundo Flick (2005:4) extremamente útil e pertinente para esta investigação na medida em que a sua adopção possibilita, acima de tudo, a devida e correcta adequação dos métodos e técnicas; o reconhecimento e análise das perspectivas dos participantes (jovens associados maputenses) na sua diversidade; a reflexão do próprio

investigador sobre o estudo em apreço; e a disponibilidade de uma variedade de métodos de análise.

Com efeito, preservando rigorosamente os pressupostos aludidos que se prendem com a opção pelo modelo compreensivo e interpretativo e uma metodologia qualitativa, o desenho metodológico propriamente dito do estudo observacional compreendeu as etapas de operacionalização que a seguir se arrolam e explicitam:

Em primeira instância, a etapa exploratória da investigação, cujo cunho esteve transversalmente imanente ao estudo. Ela mostrou-se fulcral e intransponível enquanto fase preparativa da concretização do estudo.

Tinha como objectivo principal aprofundar a familiarização com a problemática em causa, procedendo a devida análise bibliográfica e documental sobre a mesma no sentido de apreender a diversidade de informações e abordagens veiculadas sobre o universo associativo em geral, com ênfase especial na participação associativa dos jovens associados maputenses.

De igual modo, a etapa exploratória jogou um papel fundamental na operacionalização da primeira interacção directa com os informantes-chave, peritos, especialistas da área, entidades formais ou informais que na sua quotidianidade lidam directa ou indirectamente com o objecto de estudo em causa, colhendo as suas sensibilidades, experiências e conhecimentos sobre a dinâmica associativa.

Foi igualmente neste mesmo ensejo que se efectuou a exploração de informações mais precisas do escopo administrativo e logístico inerentes à operacionalização do trabalho do campo (Reis, 2010:62).

A segunda etapa metodológica decisiva deste estudo traduziu-se na escolha e aplicação da entrevista como a técnica básica e adequada de recolha de dados no terreno.

As entrevistas têm o mérito de permitirem que o pesquisador desencadeie uma apreensão intensiva da arena do entrevistado, obtendo a informação mais pormenorizada e fiel a seu respeito.

Elas também detêm como valor acrescentado o facto de possibilitarem a exploração exhaustiva da arena da entrevista, podendo realizar-se formal ou informalmente.

São igualmente facilmente aplicáveis a qualquer indivíduo independentemente do seu capital simbólico e da camada ou estrato social a que pertence.

Bem como, ajudam o investigador a adaptar-se de forma flexível às circunstâncias específicas do entrevistado e ainda a explorar os elementos úteis da comunicação não verbal, para além da sua manuseabilidade no tratamento e análise da informação recolhida (Almeida, 1994; Fortin, 1999; e Reis, 2010).

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Portanto, a opção pelas entrevistas nesta investigação foi metodologicamente acertada na medida em que se afigurou o melhor instrumento para concretizar o aprofundamento da percepção do sentido que os próprios jovens associados atribuem às suas práticas associativas, tornando exequível e flexível o contacto directo entre o investigador e os jovens associados.

Do ponto de vista estritamente operacional, o estudo pautou-se pela administração de entrevistas semi-estruturadas, na medida em que regra geral são as mais adequadas e recorrentemente utilizadas em estudos exploratórios, visando compreender a significação e sentidos arrolados a um determinado fenómeno assente na óptica dos próprios intervenientes.

Nelas, a formulação e a sequência das perguntas não são predefinidas, estando ao livre critério e disposição do entrevistador, permitindo que os entrevistados ou convidados desenvolvam mais as suas ideias, prosseguindo a conversação com a necessária desenvoltura. De igual modo, elas podem estar parcialmente estruturadas combinando perguntas abertas e fechadas (Fortin, 1999; e Reis, 2010).

Para o efeito, foram entrevistados 16 jovens associados, recobrando a diversidade do mosaico tipológico do movimento associativo juvenil da cidade de Maputo, considerando as modalidades associativas com uma expressão significativa⁸.

Nesse contexto, foram entrevistados 2 jovens por cada uma das 8 modalidades associativas praticadas a nível da cidade de Maputo (*vide* os anexos 3 e 5).

Também foram entrevistados 8 jovens não associados e sem nenhum vínculo ou pertença associativa, pois a sua sensibilidade se mostrou determinante para percepcionar as motivações do seu distanciamento em relação a vida associativa, contrapondo-as à perspectiva dos associados (*vide* os anexos 4 e 6).

A selecção dos entrevistados teve como fundamento os seguintes critérios:

- a) A idade: embora o conceito de jovem permaneça inconclusivo e controverso, a operacionalização do trabalho empírico preservou o indicador básico da definição de jovem de acordo com a legislação nuclear que rege a juventude moçambicana, que entende por jovem os indivíduos com a idade compreendida entre os 15 e 35 anos de idade⁹; e
- b) A posse do cartão de membro ou documento equivalente comprovando a afiliação a determinada associação juvenil no caso dos associados e o testemunho dos

⁸ *Vide* a figura 1.5. que traduz as modalidades associativas em prática na cidade de Maputo.

⁹ Resolução n°4/1996 do Conselho de Ministros que aprova a Política da Juventude de Moçambique.

corpos directivos ou dirigentes associativos. Contudo, para os não associados este requisito se revelou inaplicável, tendo contado para a selecção dos mesmos, o depoimento idóneo e credível do próprio jovem não associado nesse sentido.

Paralelamente às entrevistas, outras técnicas complementares foram aplicadas, discriminadamente: a análise documental, explorando sistemática e detalhadamente o conteúdo dos estatutos, regulamentos internos, planos e relatórios de actividades entre outros instrumentos formais de informação (Almeida *et al.*, 1994).

Foi igualmente aplicada a observação directa orientada de forma criteriosa para a apreensão *in loco* de dados e elementos pertinentes de investigação que permitiram uma melhor e maior compreensão da participação associativa dos jovens, a caracterização do objecto, sujeito e da arena geral de investigação, como também o seguimento de outras pistas de análise inicialmente preteridas como úteis ao estudo (Reis, 2010: 79).

PARTE III - RESULTADOS DA PESQUISA

1. CARACTERIZANDO A PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

1.1. Sobre as Modalidades Associativas dos Entrevistados

É preciso sublinhar *a priori* que a pesquisa de campo deste estudo centralmente norteada pelas entrevistas aos jovens associados estava confrontada com a inadequação da adopção rigorosa e minuciosa de quaisquer tipologias de associações segundo propõem Wessel (1997), Van Deth e Kreuter (1998) e Viegas (2004), pois as associações juvenis maputenses revelaram actuar simultaneamente numa pluralidade de áreas estratégicas do desenvolvimento socioeconómico e cultural, o que ofuscou e onerou o discernimento da principal área de intervenção das mesmas, como documentam os 2 depoimentos a seguir.

(...) A minha associação começou por desenvolver acções no domínio da saúde sexual e reprodutiva e HIV/SIDA e desenvolvimento comunitário. Posteriormente, focámo-nos na formação técnico-profissional e Tecnologias de Informação e Comunicação, na advocacia em prol da questão do género e dos direitos da criança e saneamento do meio ambiente. (*Katsuranis*).

(...) É um pouco difícil identificar a nossa principal área de intervenção, apesar de termos nascido como uma associação estatutariamente cultural, fazemos muitas coisas como a promoção de eventos e actividades culturais como a dança, teatro, moda, canto, arte; A alfabetização de crianças, adultos e idosos desfavorecidos; A lavagem de automóveis, edifícios, ruas e praças; A luta e prevenção do HIV/SIDA; entre outras actividades de acordo com as questões fortes de cada momento. (*Racy*).

Não obstante a observação prenunciada, a análise documental¹⁰ encetada, sobretudo na etapa exploratória do estudo, apurou que a tipologia de Viegas (2004) é a mais consentânea e exequível para o caso específico do movimento associativo juvenil da cidade de Maputo.

Preservando o raciocínio do autor adoptado, o mapeamento das associações juvenis da cidade de Maputo constatou existirem 165 associações legalmente constituídas e registadas no ano de 2010¹¹, das quais 148 podem ser equiparadas a associações de integração social, traduzindo 89,69% do universo associativo total, sendo as restantes 17 enquadráveis nos novos movimentos sociais.

¹⁰ De referir que as inferências e ilações tiradas foram baseadas na análise pormenorizada dos estatutos das associações, planos e relatórios de actividades e, mormente, no Directório Nacional das Associações Juvenis.

¹¹ Segundo o Directório Nacional das Associações Juvenis de 2010 produzido pelo Ministério da Juventude e Desporto.

Do ponto de vista estrito do primeiro objectivo desta pesquisa e tendo como premissa básica a tipologia de Viegas (2004) foram diagnosticadas como sendo as principais tipologias e modalidades associativas adoptadas pelos jovens maputenses as que são traduzidas na tabela seguinte:

Tabela 1. Tipologias e Modalidades Associativas Praticadas na Cidade de Maputo

Nº	Tipologia de Associações	Modalidades Associativas	Nº de associações
1	Intregação Social	Saúde	36
2		Educação	29
3		Cultura	18
4		Sócio-humanitária	13
5		Geração de Renda e Emprego	20
6		Assistência Social	16
7		Religião	16
8	Novos Movimentos Sociais	Ambiente/Ecologia	17
Total	2	8	165

FONTE: Adaptado de MJD/DNAJ, Directório Nacional das Associações Juvenis – 2010.

1.2. Frequência e Intensidade de Participação Associativa dos Jovens Associados

No cruzamento entre as variáveis frequência e intensidade de participação associativa dos jovens associados, a conversa desenvolvida com os entrevistados foi muito interessante e pertinente na medida em que permitiu apreender precocemente alguns indícios fulcrais que ajudaram a compreender os contornos motivacionais do seu empenhamento associativo.

Nessa tónica, a leitura expurgada do conteúdo atinente a esta matéria específica possibilitou distinguir analiticamente duas vertentes de intensidade de participação associativa dos jovens associados, designadamente: a forte e fraca.

De um lado, a intensidade de participação associativa forte integra os jovens que detêm no mínimo duas das seguintes circunstâncias de associatividade: ser membro de pelo menos uma associação juvenil; participar activamente nas actividades da associação; frequentar assiduamente

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

nas actividades desenvolvidas pela associação (pelo menos 4 dias/semana); exercer acções de voluntariado; ter dado donativos pelo menos por uma vez.

Os relatos de *Katsuranis, Kwanza, Chivalo, Racy, Maxixe, Festa, Isabel, Wimbe, Olaias e Fernando* são genericamente denotativos e representativos da convergência de postura associativa nos termos da vertente de intensidade de participação associativa forte. Confirma-se em seguida um dos 10 depoimentos assim pautados.

(...) A minha vida é a Visão Juvenil desde 2006, dou o meu máximo em prol desta associação e do público-alvo das nossas intervenções, estou aqui 365 dias/ano das 8h às 17h... (*Chivalo*)

De outro, a intensidade de participação associativa fraca compreende os jovens que não se encaixam no estrato associativo anterior na medida em que possuem o simples estatuto de membros associados, tendo uma participação passiva nas actividades da associação, aliada a uma frequência não assídua ou omissa na vida da associação. Igualmente, estão inclusos neste grupo os jovens que tenham exercido isolada e esporadicamente alguma actividade voluntária ou acto de doação de donativos.

Os dados das conversas com a *Vanda, Marta, Pascoal, Celestina, Estêvão e Alfredo* descortinam uma indubitável propensão destes à esfera da intensidade de participação associativa fraca. Para uma melhor elucidação deste comportamento, atitudes e práticas associativas é em seguida representativamente exposto um dos 6 excertos de conversas convergentes nessa óptica.

(...) Estou mais centrada nos meus estudos, pois o meu curso é muito exigente e com ele irei garantir o meu futuro; A associação é sempre uma ocupação secundária e alternativa que só pode ocupar-me nos tempos livres, o que não é fácil de acontecer. Contudo, estou na associação entre 1 e 2 vezes/mês... (*Celestina*)

Sobre este posicionamento dicotómico no que se refere a intensidade de participação associativa, é importante observar, que tanto na forte como na fraca, os comportamentos, atitudes e práticas associativas dos jovens associados são inquestionavelmente deliberados e, por consequência, com a plena consciência dos mesmos, reflectindo uma acção racionalizada de acordo com os recursos e objectivos prosseguidos por cada um deles, não havendo necessariamente um cenário exclusivista e de afastamento manifesto da associação perante os associados.

Em última análise, a questão chave a reter e relevar deste subtema específico da frequência e intensidade de participação associativa em discussão, reside na necessidade de o abordar como uma matéria-prima imprescindível para antever e/ou projectar os perfis motivacionais dos jovens associados maputenses, como a seguir se aprofunda.

1.3. Motivações para a Participação Associativa dos Jovens

Dissecar as motivações que despoletaram a participação associativa dos jovens maputenses foi por excelência operacionalizar o repto fulcral e, portanto, chegar ao ponto culminante da investigação em apreço, tal como está claramente frisado na enunciação do seu objectivo geral.

Efectivando tal desiderato, a tarefa consistiu em expurgar as trajectórias associativas dos jovens associados entrevistados a partir dos seus próprios relatos com vista à percepcionar a pluralidade de motivações, interesses ou anseios que estiveram na génese da sua adesão e imersão pelo mundo associativo, bem como apreender o ciclo de maturação dessa participação associativa.

As respostas às estas questões se revelaram muito interessantes e instigadoras das mais variadas e incessantes leituras. Tendo a tónica geral dos relatos dos jovens associados desvendado argumentos plausíveis que apontaram para o facto de a mobilização associativa dos jovens maputenses se alicerçar essencialmente na combinação dos factores pessoais e/ou individuais (subjectivos) com os de natureza estrutural e externos aos jovens (objectivos), numa lógica de interdependência e influência recíproca entre ambos. Em seguida extraem-se alguns depoimentos expressivos e representativos dessa ordem de factos.

(...) O que me levou ao associativismo foi o facto de estar inconformado com a realidade dos jovens e da minha comunidade em geral;..É a vontade de querer mudar as coisas; Querer partilhar as minhas visões com os outros; Viver buscando soluções para vida. (*Chivalo*)

Iniciei a vida associativa no contexto religioso com os vários irmãos e crentes da minha igreja. Mais tarde, uma jovem amiga convidou-me a fazer parte da OJM. Gosto de ser uma jovem solidária e realizar os meus objectivos em benefício de todos. (*Racy*)

A vida associativa foi sempre uma prática permanente na minha vida, sempre estive associado a algum grupo ainda que informalmente. Identifico-me perfeitamente com voluntariado e já realizei muitas acções nesse sentido. O associativismo dá-me a oportunidade de juntar-me a outras pessoas, mesmos que a minha associação não vise fins lucrativos. Gosto de ouvir, ajudar, aprender os outros. (*Maxixe*)

Analisando minuciosamente os 3 relatos acima de *Chivalo*, *Racy* e *Maxixe*, verifica-se que os mesmos são, grosso modo, ilustrativos de uma mobilização associativa que combina as convicções e desafios individuais dos associados com as suas especificidades e demandas sociais.

Concatenando o conteúdo dos relatos em apreço, sem descurar o facto de alguns deles serem mais similares que outros, é neles conjecturável o desabrochar e abraçar de uma prática associativa em resposta a um convite decorrente das relações de amizade do/a associado/a ou ainda por seu mero voluntarismo individual, por um lado.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Por outro, todos os percursos associativos convergem nalguns princípios e objectivos norteadores da vida colectiva, pois, pugnam-se por causas que prosseguem o bem comum, a filantropia, a solidariedade ou ajuda ao próximo, o trabalho associativo e o sentido de grupo.

Ademais, compreenda-se que a premissa da reciprocidade e hibridismo entre as esferas de factores subjectivos e objectivos se configura tão imanente e transcendente que mesmo nas situações de uma mobilização associativa plena e absolutamente imune de intenções utilitaristas ou materialistas, as intervenções e acções são desencadeadas pelos seus precursores em prol da comunidade e outros.

Entretanto, as mesmas acções estão fadadas a beneficiarem os seus próprios dinamizadores, não obstante o seu espírito nelas subjacente de iniciativas de activismo ou associativismo puramente altruístas e/ou voluntaristas. O exemplo abaixo reforça as evidências e argumentos nesse sentido.

(...) Sempre imaginei que a associação e voluntariado fossem meramente para ajudar outros e isso me tornava muito dedicado, com tempo e no curso das acções fui percebendo que a associação era também útil para o meu próprio reconhecimento social e autonomia material, sem esquecer as oportunidades de formação e de viagens que fiz pelo país e mundo fora... (*Katsuranis*)

O outro ponto pertinente e que deve ser relevado nesta discussão é a importância de estabelecer um nexos entre a presente problematização da motivação e o tópico passado da frequência e intensidade de participação associativa.

Nessa senda, é de se salientar que em geral os entrevistados detentores da intensidade de participação associativa forte¹² revelaram estar positiva e fortemente engajados ao associativismo por interesses menos utilitaristas ou materialistas do que do escopo da solidariedade, filantropia e corajosa iniciativa de aspirarem à mudança da ordem de factos e, acima de tudo, do exercício de uma cidadania consciente e pró-activa.

Por sua vez e na antípoda dos anteriores, os entrevistados possuidores de uma intensidade de participação associativa fraca¹³ descortinaram alguma retração e indisponibilidade em assumirem integralmente a acções de carácter associativo e voluntária sem benefícios ou ganhos pessoais claramente definidos, estando mais focados nos seus objectivos individuais que os podem proporcionar uma transição para a vida adulta com a devida segurança e autonomia material e económica.

Contudo, é preciso sublinhar que nem sempre a anterior constatação pode ser válida, assumindo deterministicamente os contornos mencionados. Pois, a questão da mobilização e

¹² Nomeadamente: *Katsuranis, Kwanza, Chivalo, Racy, Maxixe, Festa, Isabel, Wimbe, Olaias e Fernando.*

¹³ Designadamente: *Vanda, Marta, Pascoal, Celestina, Estêvão e Alfredo.*

intensidade de participação associativa requer sempre uma abordagem dinâmica que a compreenda como decorrente da conjugação de factores subjectivos e objectivos que envolvem o jovem associado.

São eles que determinam a cada circunstância e contexto se ele se mobiliza ou retrai mais ou menos nos seus comportamentos, atitudes e práticas associativas. Veja-se imediatamente a seguir um relato muito esclarecedor desse facto.

(...) Entrei sem querer em 2007, convidada para fazer uma formação como activista, pensando que seria bom para queimar o tempo, tempos depois descobri um outro e novo mundo e tornei-me uma associada e activista de verdade, mesmo sabendo que a associação não me daria benefícios materiais pelo menos a curto prazo, o importante era saber que iria ajudar as outras pessoas. (*Wimbe*)

1.4. Inserção Socioeconómica e Cultural vs Participação Associativa

Continuando com a desmitificação e caracterização do móbil subjacente à participação associativa dos jovens maputenses interessa nesta subsecção temática elencar alguns elementos de análise pertinentes do cruzamento entre a inserção socioeconómica e cultural dos jovens associados e a participação associativa dos mesmos.

Nessa perspectiva, o questionamento foi centrado na apreensão de traços substanciais e significativos das biografias dos jovens associados no que concerne aos seus recursos socioeconómicos, informações sobre os seus pais ou educadores directos, a instrução/habilitações escolares, a ligação com a religião, o convívio familiar e sua importância, os valores e princípios morais e culturais defendidos, a ligação com a sua comunidade de residência e trabalho, o grau de identificação com a pátria, as sociabilidades secundárias (amicais e extra-familiares), entre outras.

Os resultados do cruzamento das duas esferas demonstraram claramente que a participação associativa dos jovens maputenses deve ser assumida numa abordagem dinâmica e aberta, na qual são peculiarmente relevantes os seguintes factores: a detenção de certos recursos como o tempo, a oportunidade de inserção socioprofissional nas associações, a escolaridade; o capital social decorrente das redes sociais, as virtudes e habilidades pessoais como o humanismo, responsabilidade, a capacidade de comunicação, liderança e iniciativa e ainda as competências cívicas.

Igualmente, as experiências significativas advindas das interacções sociais e do contacto dos jovens com as diferentes realidades e actores sociais revelaram determinar sobremaneira o reforço do engajamento associativo dos mesmos.

O outro aspecto interessante a vincar tem a ver com a cultura associativa dos pais e/ou parentes directos dos associados e do subsequente apoio ou não aos mesmos. Neste aspecto, a análise das biografias dos entrevistados notou que do universo global de 16 associados, 14 deles

relataram categoricamente que não tinham nenhum parente ou educador directo exercendo alguma militância associativa, os 2 restantes sim, sendo um de índole religiosa e outro do foro político-partidário.

Este cenário demonstra com clareza que não há necessariamente neste objecto específico de estudo uma relação directa entre a cultura associativa dos parentes e/ou educadores dos entrevistados e a participação associativa dos jovens entrevistados.

Todavia, isso não permite concluir que os jovens associados não tiveram ou têm o necessário apoio e estímulo familiar nas suas práticas associativas. Pelo contrário, na generalidade, os entrevistados sustentaram que contaram e contam com um forte apoio familiar no seu trabalho associativo, ainda que, alguns deles tenham confessado que no início houve alguma relutância em assumir tal realidade, como se pode avaliar no relato a seguir.

Não foi fácil a minha inserção na vida associativa, não havia uma conciliação entre o meu activismo e as minhas obrigações familiares, eu tinha tarefas domésticas por cumprir e os meus pais eram muito exigentes com isso. Cada um dos membros da família tinha de vender alguns artigos ou produtos para assegurar o ganha-pão da família. Tempos depois, começaram a perceber que o meu engajamento associativo era sério e eu começava a ser uma figura muito conhecida na sociedade, bem relacionada, viajava bastante e a receber alguns frutos materiais. Isso os encorajou a me assumirem como tal e daí passei a ter o apoio moral deles. (*Katsuranis*)

No que concerne a situação económica e financeira das famílias dos entrevistados, houve uma congruência e unanimidade de respostas por parte dos associados em assumirem satisfatoriamente as condições materiais e económicas que lhes foram disponibilizadas pelos pais e educadores, naturalmente uns mais providos que outros.

O que tornou oneroso destringir se de facto a questão de ser oriundo ou não de uma família economicamente favorecida e estável poderia catapultar a entrada ao associativismo. Mesmo no caso concreto de *Katsuranis*, salvo se a resposta tiver sido dada por conveniência, o facto de ele ter saído duma família com condições evidentes de baixa renda não o levaram a transparecer alguma insatisfação perante tal situação.

Registou-se genericamente uma assinalável tendência dos entrevistados considerarem a entrada para vida associativa como um mecanismo de integração social que os confere o necessário reconhecimento social, inserção socioprofissional e, nalguns casos, como instrumento de busca de autonomia económica quando se passa de voluntário a profissional e, portanto, uma via estratégica e segura de transição para vida adulta.

Em relação a posse de alguns recursos como o tempo ficou patente o quão a sua disponibilidade é crucial para o grau de afinco associativo. Putnam (2000) e Inglehart *Apud* Viegas (2009:140) sublinham a preponderância deste recurso, quando atribuem a responsabilidade do

decréscimo do activismo cívico das famílias norte-americanas à falta de tempo e dinheiro. No presente estudo, os associados portadores de uma intensidade de participação associativa fraca atrás mencionados constituem um exemplo flagrante desse facto.

Quanto à instrução e habilitações escolares, a análise das biografias escolares dos entrevistados mostra que a posse de uma escolaridade baixa não é necessariamente um elemento que desencoraje a participação associativa. Vejam-se os casos de *Racy* e *Katsuranis* que apesar de deterem a 10^a e 12^a classes, respectivamente, são jovens com comportamentos, atitudes e práticas associativas intensamente fortes e que desenvolvem uma carreira de associados por excelência.

Contudo, é oportuno e relevante salientar que a posse de uma escolaridade alta joga um papel fundamental na habilitação e municição do associado para saber ser, estar, pensar, agir e fazer no contexto dos desafios da vida associativa. Assegurando-lhe o incremento da sua capacidade de liderança, comunicação, dinamização de recursos, aumento de competências cívicas e aquisição dos mais variados conhecimentos técnico-científicos que o permitem actuar sem percalços.

O outro elemento importante a explorar está ligado as experiências significativas dos jovens associados decorrentes das relações interpessoais por eles desencadeadas nas suas sociabilidades em redes sociais extra-familiares propiciadoras de oportunidades positivas para a vida associativa com destaque para as relações de amizade. Confira-se o relato a seguir que vai nesse sentido:

Entrei para a associação convidado por um ex-colega da faculdade, que se afirmava impressionado com as minhas abordagens sobre os diversos assuntos ao longo do curso. A partir daí criámos uma grande amizade e tornámo-nos praticamente irmãos e exercendo activismo na mesma associação. Aceitei o convite na plena convicção de que estaria mais perto de exercer a minha contribuição na advocacia em prol do desenvolvimento da juventude. (*Maxixe*)

O último ponto central deste subtema tem a ver com a participação associativa dos entrevistados como expressão do seu voluntarismo individual, da sua identificação com os problemas das comunidades e, acima de tudo, de participação cívica, tal como radiografam os relatos seguintes.

(...) O meu primeiro despertar para o associativismo teve origem no permanente inconformismo com a dura realidade social de 3 crianças do meu bairro que ficaram precocemente órfãos. Tinham muitas carências, não podiam ir à escola, estavam num desamparo total e se iniciavam na mendicidade. Resolvi ajudá-las com o pouco que tinha dando-as alguma coisa para comerem, mas depois vi que elas precisavam de mais e muita ajuda, mobilizei os jovens do bairro para irem comigo bater cada porta do bairro solicitando o necessário apoio material e moral para os meninos. Daí senti-me inspirado e

apoiado para criar a associação e assim foi, não só mitigamos aquele problema, mas de forma abrangente pudemos alargar a nossa actuação para mais gente e áreas (*Festa*)

Eu sempre achei que era muito importante que os jovens tivessem a necessária consciência cívica de que eles mesmos precisam identificar os seus problemas, discutirem as suas soluções e em articulação com as autoridades competentes desenvolverem acções concretas e objectivas para os ultrapassarem. É por isso que estou a dar o meu contributo nesta área do empreendedorismo juvenil. (*Kwanza*)

1.5. Importância da Participação Associativa segundo os Associados

Relativamente a este prisma, as conversas com os entrevistados gravitaram em torno de tópicos concretos que visavam perceber o significado do que representa ser um jovem associado, a sua importância, os seus ganhos e se vale a pena o ser tendo em conta as especificidades das sociedades actuais.

Com efeito, a problematização deste tópico suscitou *a priori* ligá-lo ao subtema da frequência e intensidade de participação associativa dos jovens associados. Nessa perspectiva, foi muito interessante perceber que, tanto os entrevistados com uma frequência e intensidade de participação associativa forte, quanto os de fraca expressaram unanimemente deterem uma impressão positiva em relação à importância da sua cultura associativa, não obstante os diferentes argumentos apresentados para esse facto.

Analise-se em seguida alguns dos depoimentos reveladores dos diversos significados subjectivos que os jovens associados atribuíram à sua participação associativa.

(...) Ser um jovem associado é querer o bem para si e para a comunidade. Estar preocupado consigo mesmo e depois transmitir o seu potencial para o próximo, ajudar a identificar e resolver os problemas das comunidades. (...) Vale a pena ser um jovem associado, ela é uma oportunidade para expressar a sua opinião pessoal e falar pelos outros. O jovem se relaciona com todo tipo de gente e granjeia o respeito e reconhecimento social. (*Katsuranis*)

O associativismo é uma escola da vida para os jovens associados permite-nos ter mais contactos, ouvirmos e expressarmos as nossas opiniões. Proporciona-nos uma experiência de liderança, de ligação com os órgãos de tomada de decisão governativos. É mesmo sinónimo de viver em solidariedade e ajuda buscando o desenvolvimento social. O associativismo dá-me muitas oportunidades, já pude participar numa conferência na sede das Nações Unidas, participar em vários debates sobre o desenho e execução de variadas políticas sociais agindo e interagindo directamente com os dirigentes; Já me beneficieei de várias acções de formação e capacitação e trocas de experiências que enriqueceram o meu currículo em grande medida. (*Kwanza*)

Dos dois relatos precedentes de *Katsuranis* e *Kwanza*, repara-se, por um lado, o transparecer do seu forte engajamento associativo em prol de causas colectivas orientadas para a melhoria das condições de vida das comunidades e, por outro, denunciam de forma clarividente a visão

utilitarista e/ou materialista subjacente ao seu empenhamento associativo, destacando os contornos das suas motivações pessoais fundamentadas nas vantagens e virtudes que a vida associativa os faz amearhar a nível individual.

O que alicerça e reforça a opinião aludida pelos dois anteriores entrevistados segundo a qual o associativismo é por excelência um domínio no qual se alia o útil ao agradável, na medida em que simultaneamente se potencia a ajuda ao próximo e o desenvolvimento comunitário, bem como o empoderamento dos jovens associados nas mais variadas frentes da sua transição para a vida adulta.

Warren *Apud* Viegas (2009:120) debruça-se sobre esta problemática, quando aborda as três dimensões dos efeitos das associações como premissa do envolvimento associativo dos indivíduos. Neste caso, estão em causa os efeitos das associações a nível individual, na medida em que *Katsuranis* e *Kwanza* afirmaram que a sua cultura associativa é igualmente imbuída pela expectativa de incrementarem as suas competências simbólicas, a sua bagagem de informação e conhecimentos, o seu sentimento de participação em causas sociais e, acima de tudo, de aprimoramento das suas virtudes cívicas em geral.

Numa posição parcialmente paradoxal a anterior, os dois relatos que se seguem de *Chivalo* e *Marta* são mais indiciadores de uma militância associativa apologista de causas exclusivamente altruístas orientadas para o bem das colectividades e/ou comunidades, pautando-se de forma eticamente correcta pela não revelação da questão das vantagens materiais e imateriais que estarão por detrás da participação associativa dos jovens associados. Veja-se a seguir tais depoimentos.

Ser um jovem associado significa empreender o meu tempo em prol dos outros, o que fazemos não é para nós, mas para eles com base em metodologias participativas em permanente contacto com os actores sociais locais. (*Chivalo*)

O associativismo pode ser sim uma ferramenta de promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural, permitindo basicamente replicar a generosidade, o voluntarismo e patriotismo. É um espaço de debate, de aprendizagem e crescimento colectivo. (*Marta*)

1.6.A Opinião dos Jovens não Associados

A opinião dos jovens não associados é decerto um pormenor nevrálgico e central para perceber e caracterizar o móbil da participação associativa dos jovens associados maputenses com a necessária minúcia, ainda que, numa vertente oposta dos associados.

Nessa esfera, a pesquisa de campo foi objectiva e directamente conceptualizada e conduzida para a exploração detalhada das biografias socioculturais dos jovens não associados, enfatizando o seu grau de identificação e tolerância em relação à cultura associativa.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Operacionalizando o propósito deste subtema, a indagação aos jovens não associados buscou captar as suas percepções no que concerne ao sentido e importância que atribuem ao associativismo, as razões e/ou motivações da sua não afiliação e militância associativa, bem como os princípios e valores socioculturais que os enformam.

Auscultados sobre a importância e significado do associativismo, todos os entrevistados não associados afirmaram ser uma estratégia de resolução dos problemas sociais actuando em conjunto, o que na sua óptica é um bom caminho, na medida em que quanto mais forças se reunirem para a identificação e solução das mazelas sociais maior é a probabilidade de ultrapassá-las.

Porém, entendem que o facto de serem jovens não associados não os coarctam necessariamente a possibilidade de participarem activamente no desenvolvimento socioeconómico das comunidades e do país, bem como de lograrem uma transição para vida adulta com maior segurança e êxito. Confirma-se o depoimento a seguir traduzindo tal tese:

(...) Ser um jovem associado é uma boa prática, porque ele fica aberto as novas ideias e interesses, convivendo com os outros pares e camadas da sociedade, o que lhe confere uma boa capacidade para identificar e solucionar as inquietações das comunidades locais, o que não quer dizer que os jovens que lutam individualmente sejam infelizes nos seus desafios pessoais e de participação no desenvolvimento do país. (*Ana*)

Sobre as especificidades motivacionais da não afiliação associativa, *Cláudia, Dos Santos, Bila e Brito* destacaram a importância da vida associativa como uma oportuna escola da vida para os jovens, mas advertiram para a existência de um défice de informação muito significativo sobre a mesma, vaticinando que muitos jovens não se filiam por mero desconhecimento e desinformação sobre como procederem para tal.

(...) Alguns jovens simplesmente não sabem para onde se dirigirem para terem informações e procedimentos sobre como se vincularem ao associativismo. (*Cláudia*)

Igualmente, realçaram a falta de disponibilidade de tempo, como factor crucial que os dificulta a assumirem compromissos formais e sérios com as associações, pois desenvolvem tarefas que se afiguram incompatíveis com a prática do associativismo e/ou voluntariado. O relato seguinte é bastante tributário desse condicionamento.

(...) Ando tão ocupado, que não me resta tempo para estar ligado ao associativismo, não quero ter um vínculo formal ou informal com as associações juvenis para depois não cumprir integralmente com as suas exigências. (*Bernardo*)

Ainda neste domínio, *Brito e Artur*, embora reconheçam o papel das associações, descortinaram o seu desagrado em relação ao facto de muitas associações estarem extremamente politizadas, estando as suas lideranças ao serviço de agendas político-partidárias particulares,

perdendo a sua legitimidade e pureza enquanto agentes dinamizadores da participação cívica activa e construtiva e, por conseguinte, de uma sociedade civil forte.

(...) Muitas associações são atrelados e filhos das organizações partidárias e fazem o que os políticos mandam, esquecendo-se das necessidades pontuais e primárias do povo, por isso não me vejo motivado a participar activamente nesse assunto. (*Brito*)

Relativamente aos valores e princípios norteadores da vida em sociedade nos dias correntes, os entrevistados em unísono deploraram o facto das sociedades actuais se caracterizarem por um profundo individualismo, a par de hábitos consumistas excessivos, onde o grau de solidariedade é cada vez mais diminuto, cada actor social está mais focado nos seus objectivos pessoais. O que representa uma oportunidade para que o associativismo seja disseminado e massificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica e genérica sobre a problemática do associativismo está profundamente marcada por uma tónica reiteradamente circunscrita ao entendimento da dinâmica das próprias associações enquanto instituições em interacção com as demais, tal como sugere e documenta a revisão de literatura desencadeada na esteira desta investigação.

Para lá da precedente abordagem, o estudo em apreço conferiu uma maior pertinência a compreensão dos fundamentos subjacentes à participação associativa dos jovens associados maputenses, adoptando um referencial teórico calibrado e apropriado a abordagem das motivações específicas e individuais que sustentam os comportamentos, atitudes e práticas associativas dos mesmos. Ou seja, o seu enfoque central não foram as associações como tais, mas sim os próprios associados, enquanto precursores e/ou mentores ou ainda fazedores da vida associativa.

Sobre o cerne do estudo, os resultados da análise teórica e a pesquisa empírica encetadas constataram que existe uma pluralidade e heterogeneidade de factores que galvanizam ou mobilizam os jovens associados maputenses a abraçarem e desenvolverem a vida associativa.

A par dessa discussão teórica e empírica empreendida, ficou notada que a principal idiosincrasia dos fundamentos da participação associativa dos jovens associados maputenses reside no facto dos mesmos denotarem uma significativa e complexa relação de interdependência recíproca entre as esferas privada e subjectiva (individual) do associado e a arena objectiva e estrutural (contexto social) do mesmo.

Preservando o substrato da aceção anterior e desdobrando os objectivos nucleares do estudo, a seguir são apresentadas os principais traços que permitem caracterizar os fundamentos da participação associativa dos jovens associados maputenses:

O primeiro aspecto determinante nesse domínio diz respeito às tipologias e modalidades associativas. Os resultados dos dados empíricos colhidos concluíram que os jovens associados entrevistados estão mais interessados e motivados a exercerem o seu activismo ou trabalho associativo em associações de integração social, na medida em que do universo total de 165 associações legalizadas na cidade de Maputo em 2010, foram identificadas 148 associações actuando em 7 principais modalidades associativas do escopo da integração social a saber: educação (estudantis); saúde (HIV/SIDA); cultura; humanitária; promoção de emprego e geração de rendimento; assistência social; e religião.

O que se pretende referir com a constatação anterior, é que os jovens associados maputenses estão genericamente movidos a desenvolverem a vida associativa em associações nas quais a função de integração social é a mais importante e predominante, contudo, eles não estão coarctados de desenvolverem outras funções.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

De igual modo, a opção peculiar dos jovens associados maputenses pelas modalidades associativas com funções de integração social permite reforçar a ideia aqui sobejamente defendida da participação associativa dos jovens maputenses revelar uma influente e permanente interconexão recíproca entre as motivações meramente subjectivas ou individuais do associado e os condicionamentos decorrentes do contexto socioeconómico e cultural em que o mesmo está imerso.

O segundo elemento preponderante a apreender do estudo, é atinente aos padrões da participação associativa dos jovens associados entrevistados. Para a concretização dessa aferição, foram operacionalmente definidos alguns parâmetros objectivos que permitiram distinguir analiticamente duas nuances de intensidade de participação associativa dos jovens associados, designadamente: a forte e fraca, tal como atesta e aprofunda o capítulo anterior.

O que se afigura necessário frisar e reter neste domínio, é que os dados empíricos apreendidos e discutidos demonstraram que a frequência e a intensidade de participação associativa dos jovens constituem uma premissa plausível e eficaz para a indiciação dos diferenciados perfis motivacionais de associatividade dos associados.

A outra ilação principal a retirar desta arena, prende-se com a constatação de que a análise da mobilização associativa dos jovens associados maputenses se revela mais profícua e sistemática quando pautada numa abordagem dinâmica e aberta, que considere a frequência e intensidade de participação associativa dos jovens associados como um indicador determinante dos comportamentos, atitudes e práticas associativas por eles adoptadas e, por conseguinte, como eixo nevrálgico da identificação dos perfis motivacionais de associatividade dos mesmos.

O terceiro tópico crucial da problemática em estudo é referente a ligação entre a inserção socioeconómica dos jovens associados e os seus próprios comportamentos, atitudes e práticas associativas.

Os resultados da pesquisa de campo nessa esfera, permitem observar que a adesão e o desenvolvimento da vida associativa por parte dos jovens maputenses constituem genericamente uma iniciativa individual do jovem de índole altruísta e/ou voluntária, revelando em maior ou menor grau a influência do mosaico sociocultural e económico no qual o mesmo se encontra inserido.

Aprimorando a anterior asserção, os resultados da investigação revelaram que as escolhas associativas dos jovens maputenses estão fundamentalmente condicionadas pelo grau de detenção e de significância de alguns recursos como a disponibilidade de tempo, as redes sociais de sociabilidades extra-familiares com ênfase para os laços de amizade, a identificação com os assuntos comunitários e a necessidade de participação cívica.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

De igual modo, os dados empíricos nesta arena, salientaram que o desenvolvimento de uma carreira associativa propriamente dita é de certa maneira influenciado pelos recursos educativos e financeiros, pelas competências cívicas e ainda pela estrutura e valores familiares que enformam o jovem associado.

O quarto aspecto chave a reter da caracterização dos fundamentos subjacentes à participação associativa dos jovens maputenses tem a ver com o sentido e a importância subjectiva que os próprios entrevistados verbalizaram relativamente aos seus comportamentos, atitudes e práticas associativas.

Nessa esteira, os dados empíricos obtidos demonstraram, que tanto os entrevistados portadores da frequência e intensidade de participação associativa forte, quanto os detentores da fraca atribuem unanimemente uma avaliação positiva ao seu envolvimento com as associações juvenis, destacando a importância que a cultura associativa joga nas suas vidas individuais e das comunidades em geral.

Os argumentos norteadores desse posicionamento estão subjacentes numa visão utilitarista, na medida em que grosso modo os entrevistados sustentaram a sua tese com base nas vantagens e virtudes que a vida associativa os proporciona tanto na esfera individual como na colectiva traduzida pelas comunidades em geral.

Por fim, o quinto elemento importante a considerar e reter na senda da caracterização do móbil da participação associativa dos jovens associados maputenses são as percepções e opiniões dos jovens não associados acerca do associativismo.

Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa empírica aos jovens não associados indicaram que os mesmos sublinharam que o associativismo representa uma ferramenta de resolução dos problemas sociais actuando em conjunto e combinação de sinergias, o que para eles constituiu uma recomendável abordagem do desenvolvimento social. Contudo, defenderam igualmente que o jovem pode a título individual lograr a devida e segura transição para vida adulta, dando um contributo assinalável e construtivo às suas comunidades.

O que em jeito conclusivo descortinou que os jovens não associados têm uma impressão positiva em relação ao associativismo juvenil apesar de não o exercerem. Com efeito, elencaram como sendo a principal motivação da sua não participação associativa a falta de disponibilidade de tempo que torna inoportuna a assunção de mais compromissos formais ou informais.

Ainda neste contexto, alertaram para o facto da retracção associativa que caracteriza uma parte significativa da juventude ser um mero corolário da falta de informação e conhecimento sobre as instituições competentes a esse respeito e os respectivos procedimentos a serem accionados para a consecução desse acto.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

De igual maneira, foi feita a alusão ao grau de politização de algumas associações juvenis e, por conseguinte, da sua obediência e servilismo a agendas ilegítimas e não transparentes como um dos factores catalisadores do desinvestimento associativo de alguns jovens, porquanto não se simpatizam com nenhuma expressão político-partidária.

É, em suma, com fundamento nas premissas explanadas, que o tema em apreço, com cerne na participação associativa dos jovens maputenses, se revelou de extrema pertinência e validade na medida em que logrou acrescer e aprimorar o interesse e conhecimento científicos sobre o fenómeno associativo na sua transversalidade, estimulando especificamente a socialização do debate crítico e construtivo orientado para a compreensão sistemática das motivações subjacentes ao papel do próprio associado na operacionalização do fenómeno associativo.

Finalmente, interessa reconhecer que o estudo efectuado debruçou-se sobre um domínio do universo associativo bastante específico, o que de certa maneira pode onerar a exequibilidade da generalização das suas principais ilações e constatações.

Pelo que, é de se sugerir como pista para uma investigação futura, a necessidade de alargar o presente objecto de estudo à escala nacional com vista à captar a impressão real sobre como se regem as motivações da participação associativa dos jovens moçambicanos globalmente, tendo em conta as diversas especificidades socioculturais e económicas do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, João Ferreira *et al.* (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Almeida, João Ferreira *et al.* (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Câmara Municipal.
- Arendt, Hannah (1951), *The Origins of Totalitarianism*, New York, Harcourt, Brace.
- Barthelemy, M. (2002), *Associations, une nouvelle âge de participation sociale?* Paris: Presses de Science Po.
- Bellah, Robert N. *et al.* (1985), *Habits of the heart. Individualism and commitment in american life*, Berkeley, CA, University of California Press.
- Biza, Adriano M. (2007), “Associações de jovens, estado e política em Moçambique – da herança a novos desafios”, *Instituto de Estudos Sociais e Económicos de Moçambique*.
- Biza, Adriano M. (2009), “Jovens e associações em Moçambique: motivações e dinâmicas actuais”, *Saúde e Sociedade* 3, pp. 382-394.
- Bourdieu, P. (1989), “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, in *O poder simbólico*, Difel, pp. 163-207.
- Cohen, Joshua e Joel Rogers (1995), “Secondary associations and democratic governance”, In Eric O. Wright (org.), *Associations and Democracy*, London/New York, pp. 7-100.
- Coutinho, Clara Pereira (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra, Almedina.
- Durkheim, Émile (1973), *De la division du travail social*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Etzioni, Amitai (1993), *The spirit of community*, Londres, Fontana Press.
- Ferreira, Pedro Moura (2008), “Associações e democracia: faz alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 57, pp. 109-130.
- Ferreira, Pedro Moura e Da Silva, Pedro Alcântara (2005), *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- Florestan, Fernandes (1959), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- França, Luís *et al.* (1993), Portugal, *Valores Europeus. Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Freire, André e Viegas, José Manuel Leite (2009) (orgs), *Representação Política: o caso português em perspectiva comparada*, Lisboa, Sextante Editora.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999), *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*, Loures, Décaire Éditeur – Lusociência.
- Fung, A. (2003), “Associations and democracy: between theories, hopes and realities”, *Annual Review of Sociology*, 29, pp. 515-539.
- Galland, Olivier (2001), *Sociologie de la Jeunesse*, Armand Colin.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

- Habermas, Yurgen (1996), *Between Facts and Norms*, Cambridge, Polity Press.
- Hirst, Paul (1995), “Can secondary associations enhance democratic governance?”, in Cohen, Joshua e Rogers, Joel, *Associations and Democracy*, London, pp.101-113.
- Kulipossa, F. P. (1997), “Sociedade civil, ONG’s e boa governação no processo de reformas das relações estado-sociedade em Moçambique”, *MAE*, Maputo.
- Loforte, A. (1996), *Género e poder entre os tsonga do sul de Moçambique*, Lisboa, ISCTE.
- Mansbridge, Jane (1995), “A deliberative perspective on neocorporatism”, in Cohen, Joshua e Rogers, Joel, *Associations and democracy*, London, pp. 133-147.
- Martins, Susana da Cruz (2001), *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais em Portugal*, tese de mestrado em comunicação, cultura e conhecimento, Lisboa, ISCTE.
- Meister, Albert (1972), *Vers une Sociologie des Associations*, Paris, Les Editions Ouvrières.
- Newton, Kenneth (2002), “Social capital and democracy in modern Europe”, in Van Deth, Jan W. e tal, *Social capital and european democracy*, London-New York, Routledge, pp. 3-24.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Pais, José Machado (2005), “Jovens e Cidadania”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 49, pp. 53-70.
- Portes, Alejandro (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea ”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 33, pp. 133-158.
- Putnam, Robert (1993), *Make Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- Putnam, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon Schuster.
- Rego, Raquel (2007), *Dirigentes associativos: Envolvimento e Profissionalização*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE e USTL.
- Reis, Filipa (2010), *Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha*, Lisboa, Factor.
- Robteutsher, Sigrid (2000), “Democracia associativa: as instituições voluntárias como campo de treino para a democracia”, *Cidadania, Integração e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- Schmitter, Philippe C. (1999), *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Imprensa de Ciências Sociais.
- Tocqueville, Alexis (2001), *A Democracia na América*, Cascais, Principia.
- Van Deth, Jan W. (1997), “Introduction: social involvement and democratic politics”, in Van Deth, Jan W. *Private groups and public life – social participation, Voluntary associations and political involvement in representative democracies*, London-New York, Routledge, pp. 1-23.
- Van Deth, Jan e Kreuter (1998), “Membership of voluntary associations”, In Jan Van Deth (org.), *Comparative Politics: The Problem of Equivalence*, Londres, Routledge, pp. 135-155.
- Viegas, José Manuel Leite (2004), “Implicações democráticas das associações voluntárias; o caso português numa perspectiva comparativa europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 46, pp. 33-50.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

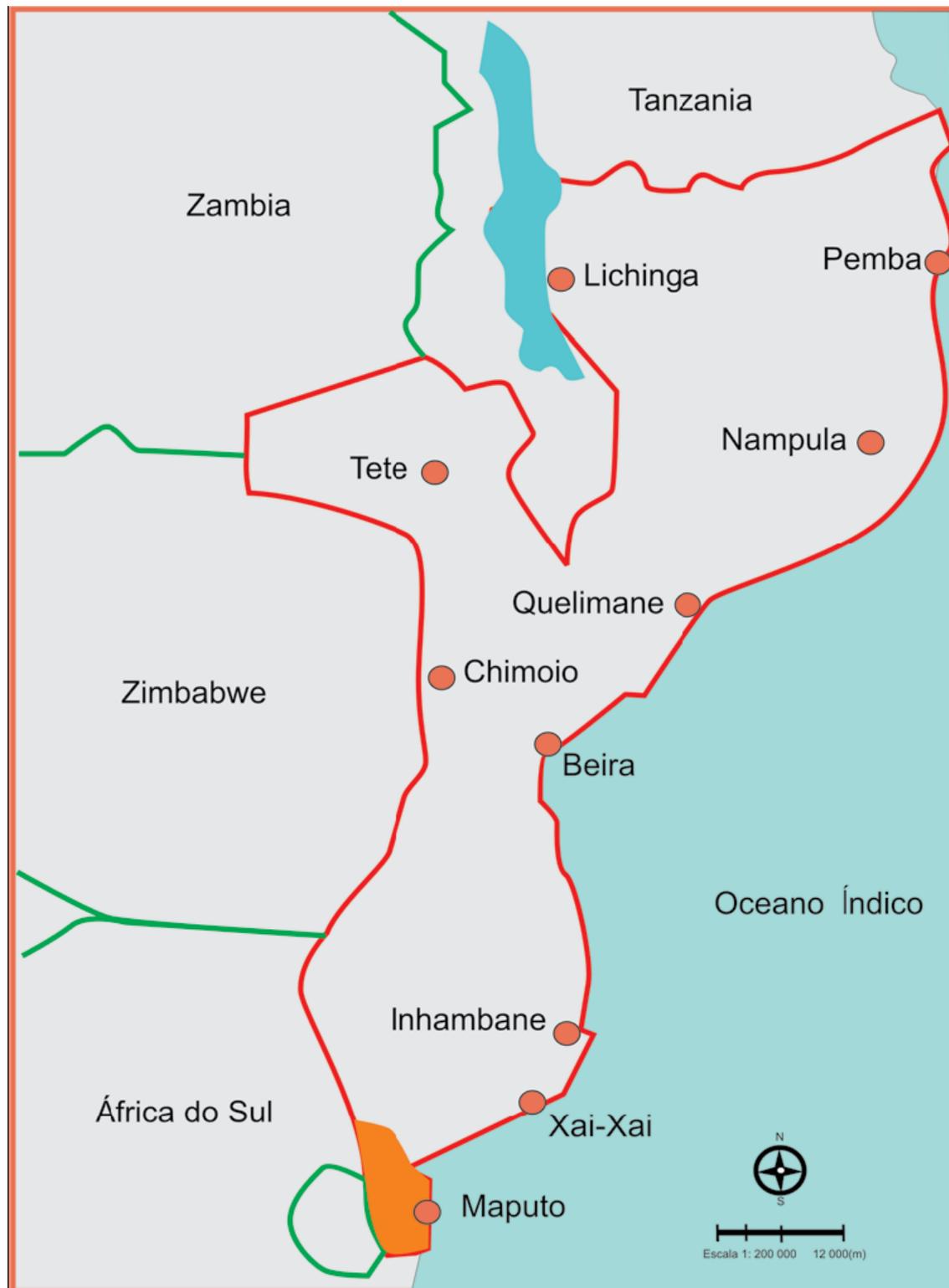
- Viegas, José Manuel Leite (1986/7), “O Associativismo e Dinâmica Cultural”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, pp. 103-120.
- Viegas, José Manuel Leite (2010), “Associativismo, cidadania e espaço público”, *Associativismo e Sindicalismo Judiciários*, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.
- Viegas, José Manuel Leite *et al* (2010) (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Política em Portugal e Espanha*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Warren, Mark (2001), *Democracy and Associations*, Princeton, Princeton University Press.
- Warren, Mark (2004), “Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?”, *Novos Desafios, Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora.
- Weber, Max (1983), *Fundamentos da Sociologia*, Paris, Porto-Portugal, Rés.
- Wessel, Bernard (1997), “Organizing capacity of societies and modernity”, In Jan V. Deth (org.) *Private Groups and Public Life: Social Participation and Political Involvement in Representative Democracies*, Londres, Rotledge, pp. 198-219.
- Whiteley, Paul F. (2002), “The origins of social capital”, in Van Deth, Jan W. *et al*, *Social capital and european democracy*, London-New York, Routledge, pp. 25-44.
- Wright, Eric O.(1995), “*Associations and Democracy*”, in Cohen, Joshua e Rogers, Joel, London, pp.101-113.

Documentos Normativos e legislativos

- Instituto Nacional de Estatística (2008), III Recenseamento Geral da População e Habitação – 2007, Maputo.
- Ministério da Juventude e Desporto (2010), Directório Nacional das Associações Juvenis de 2010, Maputo.
- Resolução n° 32/2006 do Conselho de Ministros que aprova a Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude de Moçambique.
- Resolução n°4/1996 do Conselho de Ministros que aprova a Política da Juventude de Moçambique.

ANEXOS

Anexo 1. Localização Geográfica da Cidade de Maputo



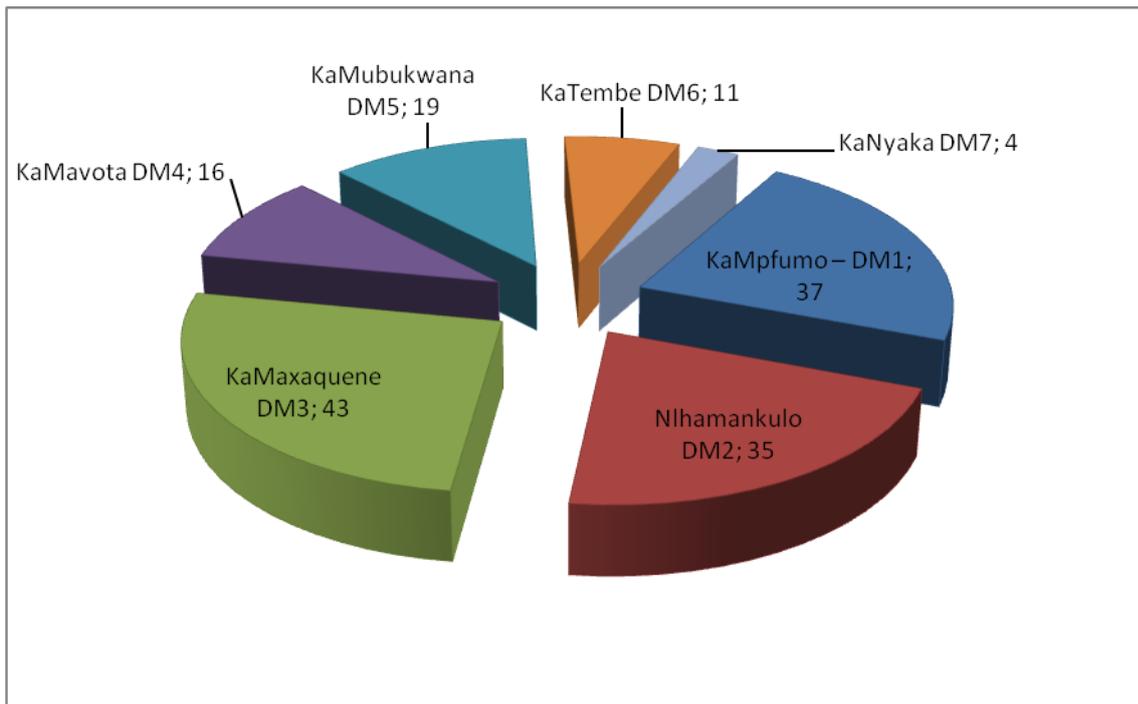
Fonte: Perfil Estatístico 2008

Anexo 2. Divisão Administrativa da Cidade de Maputo



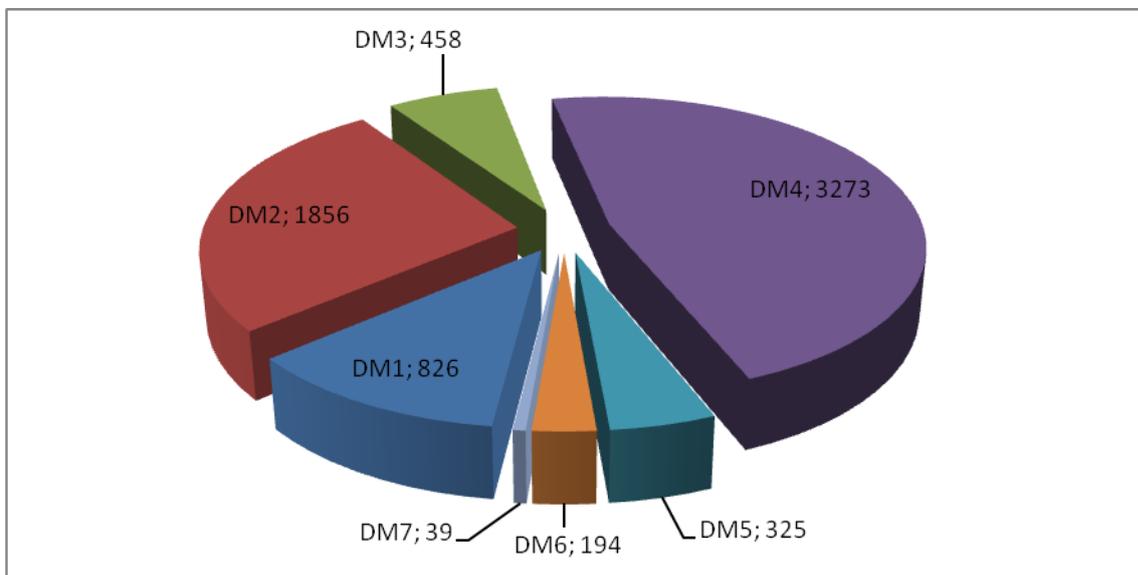
Fonte: Perfil Estatístico 2008

Gráfico 1. Número de Associações Juvenis por Distritos Municipais



FONTE: Adaptado de MJD/DNAJ, Directório Nacional das Associações Juvenis -2010

Gráfico 2. Número de Jovens Associados por Distritos Municipais



FONTE: Adaptado de MJD/DNAJ, Directório Nacional das Associações Juvenis -2010

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Anexo 3. Descrição Sociográfica dos Jovens Associados Entrevistados

JOVENS ASSOCIADOS ENTREVISTADOS												
Nº	Nome do entrevistado	Sexo	Idade	H/Liter/Instrução	Ocupação/Profissão	Morada	Naturalidade	Associação	Vínculo Associativo	Frequência e grau de envolvimento	Função directiva/liderança	Outros Vínculos Associativos
1	Katsuranis	M	27	12ª classe	Oficial de Programas	DM e Bairro kaMaxaquene	Maputo-cidade	Kutenga	Associado, Activista, Voluntário	365 dias das 8h as 15h30	Coordenador Geral da Kutenga	OJM; CDJ
2	Kwanza	M	28	Finalista do ensino superior	Engenheiro técnico de construção civil	DM KaMpfumo e Bairro do Alto-Maé	Tete	ANJE- Associação de Jovens Empresários de Moçambique	Associado	8h/dia sobretudo em momento de pico	Presidente da ANJE	CDJ
3	Chivalo	M	24	12ª classe	Estudante do curso de licenciatura em engenharia electrónica	Av. Milagre Mabote B. Malhangalene	Inhambane	Visão Juvenil	Associado, Activista, Voluntário	8h as 17h/365 dias	Presidente da VJ	Reflect, CDJ

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

4	Racy	F	21	10ªclasse	Estudante do curso médio de contabilidade no Instituto Comercial de Maputo	Bairro Luís Cabral	Maputo-cidade	Bonga Mbilo	Associada e membro	4 a 5 vezes/semana	Nenhuma	OJM
5	Maxixe	M	35	Licenciado	Activista/voluntário/ Associado	KaMaxaquene	Maputo-cidade	AEFUM	Associado, Activista, Voluntário	8h a 10h /dia sobretudo em momento de pico	Secretário Executivo	Grupo jovem religioso
6	Festa	M	28	Nível médio do Instituto Comercial	Estudante do curso de licenciatura em contabilidade e finanças	Bairro Polana Caniço	Zambézia	ADESSO	Associado, Activista, Voluntário	8h a 10h /dia sobretudo em momento de pico – a tempo integral	Presidente da ADESSO	ANJE, OJM
7	Isabel	F	26	12ªclasse	Estudante do curso de licenciatura em francês	KaMaxaquene	Maputo-cidade	AEFUM	Associada	Em geral 1/dia entre 3 a 4 dias/semana	Vice-coordenadora geral	OJM
8	Wimbe	F	20	12ªclasse	Estudante do curso de licenciatura em economia	Bairro da Malanga	Maputo-cidade	AJCSJC	Associada, voluntária	3vezes/semana num mínimo de 4h/dia	Nenhuma	CDJ/OJM

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

9	Olaias	F	31	Licenciada em geografia	Assistente de projecto de monitoria	Bairro do Alto-maé	Xai-xai	AEFUM	Associada e activista	A tempo parcial 3 a 4hs/dia	Coordenadora da AEFUM na Província de Maputo	Nenhum
10	Vanda	F	31	Nível Médio de Contabilidade	Gerente de Operações Bancárias	Bairro do Xiquelene	Maputo	LEMO	Associada	A tempo parcial 1/2vezes ao mês	Nenhuma	Nenhum
11	Marta	F	22	12ªclasse	Estudante do curso de licenciatura em Sociologia	Bairro do Jardim	Inhambane	ADDO's	Associada,	4 a 5vezes/semana	Nenhuma	CDJ
12	Pascoal	M	28	Nível Médio em Informática	Assistente Informático	Bairro do Aeroporto	Gaza	ANJI	Membro	1/2 ao mês	Nenhuma	Nenhum
13	Fernando	M	25	Nível Médio de Enfermagem	Estudante do curso de licenciatura em Enfermagem	Bairro de Mavalane	Maputo	Kindlimuka	Associado activista	3 a 4vezes/dia	Conselheiro médico	CDJ/OJM
14	Celestina	F	27	12ªclasse	Estudante do Instituto Industrial	Bairro da Maxaquene	Manica	LEMO	Associada	A tempo parcial 1/2vezes ao mês	Nenhuma	Nenhum

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

15	Estêvão	M	30	Bacharel em Ciências Sociais	Estudante do curso de licenciatura em Administração Pública	Bairro da Coop	Zambézia	AEFUM	Membro	A tempo parcial 1/2vezes/semana	Nenhuma	Nenhum
16	Alfredo	M	32	Nível básico do ensino geral	Comerciante	Bairro do Choupal	Tete	ANJE	Membro	A tempo parcial 1/3vezes ao mês	Nenhuma	Nenhum

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Anexo 4. Descrição Sociográfica dos Jovens não Associados Entrevistados

JOVENS NÃO-ASSOCIADOS ENTREVISTADOS							
Nº	Nome do Entrevistado	Sexo	Idade/Anos	Habilitações literárias/Académicas	Profissão/Ocupação	Morada	Naturalidade
1	Brito	M	24	12ª classe	Estudante do Instituto Comercial	Bairro do Hulene	Maputo
2	Ana	F	22	12ª classe	Estudante do curso de licenciatura em Inglês	Bairro da Polana-caniço	Inhambane
3	Cláudia	F	26	10ª classe	Finalista da 12ª classe do ensino geral	Bairro da Malhangalene	Maputo
4	Bila	M	21	10ª classe	Carpinteiro	Bairro do Magoanine	Maputo
5	Bernardo	M	27	Nível Médio de Contabilidade	Empresário/Empreendedor	Bairro do Alto-Mae	Nampula
6	Artur	M	30	Licenciado em História	Funcionário Público	Bairro do Jardim	Gaza
7	Judite	F	26	10ª classe	Comerciante	Bairro Luís Cabral	Tete
8	Dos Santos	M	28	12ª classe	Finalista do curso de licenciatura em Estatística	Bairro Central	Sofala

Anexo 5. Guião de Entrevista - Jovens Associados

I.Caracterização Sociográfica	
1	Sexo (masculino ou feminino)
2	Idade
3	Estado civil
4	Localização geográfica e administrativa da zona de residência
5	Naturalidade
6	Membro do agregado familiar habitual
7	Grau de instrução/habilitações literárias
8	Ocupação/profissão
9	Identificação com alguma religião
10	Outros interesses pessoais relevantes (desporto, música, literatura, arte, cultura, entre outros)
II.Tipologias e Modalidades Associativas	
1	Pertença associativa do entrevistado. Natureza e área de actuação da organização ou associação juvenil a que pertence.
2	Actividades concretas desenvolvidas pela associação em causa.
III.Frequência de Participação Associativa	
1	Grau e a frequência de participação nas actividades da associação.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

IV.Intensidade da Participação Associativa

1	Função directiva ou de liderança exercida na associação. Relato da experiência.
2	Pertença a mais alguma associação. Grau de envolvimento com a (s) mesma (s).
3	Tempo de previsão da carreira associativa e as metas a alcançar.

V.Motivações da Participação Associativa

1	Reconto do primeiro contacto com a associação de que é parte integrante.
2	Motivos da opção pela militância associativa.

VI.Importância Subjectiva da Participação Associativa

1	O significado e/ou a percepção do que é ser um jovem associado.
2	Autoavaliação do desempenho pessoal enquanto associado.
3	Os contornos da conciliação do vínculo associativo assumido com os restantes papéis sociais que exerce.
4	Descrição das actividades associativas e voluntárias mais marcantes e significativas da trajectória associativa do entrevistado.
5	Enunciação das principais razões que tornam o associativismo juvenil numa prática útil e recomendável de se seguir e disseminar.
6	Principais virtudes e ganhos do envolvimento associativo do entrevistado.
7	Apoio monetário ou de qualquer outra natureza a favor da associação. Significado do referido apoio.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

VII.Importância Social do Associativismo

1	Avaliação do grau de interesse do entrevistado em ajudar os outros, especialmente os jovens que mais necessitam de acompanhamento social.
2	Sensibilidade do entrevistado em relação ao espírito de entreajuda, solidariedade e proximidade entre as pessoas na sociedade actual relativamente às passadas.
3	Reflexão sobre o contributo do associativismo juvenil para o desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades em particular e do país em geral.
4	Principais valores éticos e cívicos que devem nortear e sustentar a vida em sociedade.

VIII.Inserção Socioeconómica vs Prática Associativa

1	Pistas biográficas dos pais, educadores e parentes do entrevistado (grau de instrução/habilitações literárias; ocupação e/ou profissão; identidade religiosa)
2	Pistas da situação socioeconómica e das condições de vida providenciadas ao entrevistado pelos seus pais ou educadores.
3	Relevância da religião, vida em comunidade e família.
4	Trajectória dos pais e educadores directos do entrevistado em termos de vínculo associativo ou voluntário.
5	Função directiva ou de liderança de índole associativa ou comunitária.
6	Politização ou militância político-partidária dos pais ou educadores directos do entrevistado. Identificação com alguma função governativa ou de liderança política.
7	Menção aos principais valores éticos, morais e cívicos inculcados pela família directa.
8	Incentivo ou estímulo familiar para a prossecução e consecução da carreira associativa do entrevistado.
9	Principais temas das conversas do convívio familiar.
10	Referência aos sonhos e desejos dos pais ou educadores do entrevistado no que respeita aos seus desafios formativos, profissionais e políticos.
11	Importância e influência da família nas opções e decisões de vida do entrevistado.

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

IX.Sociabilidades Amicais do Entrevistado vs Práticas Associativas

1	Menção ao perfil dos amigos mais próximos e directos do entrevistado. Grau de tolerância dos mesmos em relação à militância associativa do entrevistado.
2	Assuntos ou temas mais frequentes no convívio amigoso.
3	Importância das experiências e conhecimentos resultantes das suas amizades nas soluções e opções de vida do entrevistado.

X.Valores Sociopolíticos e Cívicos vs Prática Associativa

1	Interesse e identificação com os assuntos políticos e da governação do país.
2	Principais acções cívicas ou políticas que desenvolveu em prol dum Moçambique melhor.
3	Percepções sobre o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.
4	Grau de confiança depositada aos actuais governantes na condução dos destinos do país.
5	Opinião em relação à democracia.
7	Percepções sobre o direito ao voto.
8	Visões sobre o futuro de Moçambique.
9	Indicação dos assuntos mais interessantes e prioritários para o desenvolvimento socioeconómico e cultural de Moçambique
10	Significado de se ser um bom cidadão.
11	Formas de participação política usualmente accionadas para expressar publicamente opiniões sobre como solucionar os problemas que apoquentam as comunidades perante os governantes e a própria sociedade civil.
12	Patriotismo. Grau de orgulho em ser moçambicano.

13 Caracterização dos jovens da actualidade e avaliação do seu desempenho na senda do desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.

Anexo 6. Guião de Entrevista - Jovens não Associados

N/B: Foi igualmente administrada neste caso toda a secção I referente a caracterização sociográfica patente no guião de entrevista anterior atinente aos jovens associados.

II. Sobre a Vida Associativa

1. Razões ou motivações da não pertença ou retracção associativa.
2. Opiniões acerca do significado de ser jovem associado.
3. Percepções sobre a importância subjectiva e social do associativismo.
4. Aspectos de concordância e discordância relativamente a vida associativa.
5. Caracterização do interesse pessoal em ajudar os outros, sobretudo, os que mais necessitam.
6. Ideias sobre a solidariedade e voluntariado na sociedade actual.
7. Comportamentos, atitudes e práticas do jovem não associado em relação à beneficência e prestação de donativos ou qualquer outra forma de doação.
8. Avaliação do contributo do associativismo no desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades.
9. Opiniões sobre os principais valores éticos e cívicos que devem orientar e sustentar a vida em sociedade.
10. Factores relevantes para os jovens em particular e a sociedade em geral se pautarem pela militância associativa como regra da vida em comunidade ou sociedade.
11. Conselhos a dar aos jovens associados e não associados.



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) Macuácuca, Elton Estefane Alberto
Morada(s) Av. Romão Fernandes Farinha – 743, 2º Andar, Cidade de Maputo, Moçambique.
Rua Morais Soares n° 87, 3º direito, Junta de Freguesia da Penha de França, Lisboa, Portugal.
Telemóvel (s) 258 82 8431177 – Moçambique
351 96 2446085 – Portugal
Correio(s) electrónico(s) macuacua53@gmail.com
Nacionalidade Moçambique
Data de nascimento 31/10/1979
Sexo Masculino

Experiência profissional

Datas De 2006 a 2012
Função ou cargo ocupado Assessor técnico
Principais actividades e responsabilidades Assessoria técnica e metodológica no processo decisório dos principais actos administrativos sectoriais e na operacionalização de programas e projectos junto ao movimento associativo juvenil e Monitoria e Avaliação dos mesmos.
Nome e morada do empregador Ministério da Juventude e Desporto, Av. 10 de Novembro, 1119 n° 74, cidade de Maputo, Moçambique.
Administração Pública (Central)
De 2004 a 2006
Assessor técnico
Tipo de empresa ou sector Assessoria técnica e metodológica nos sistemas de informação para a saúde; Concepção, execução e monitoria dos principais indicadores do estado de saúde da população e do sistema nacional de saúde e do perfil epidemiológico.
Ministério da Saúde, Av. Eduardo Mondlane/Salvador Allende, CP 264, Cidade de Maputo, Moçambique
Administração Pública (Central)
De 2003 a 2009
Docência
Docência na secção de letras e humanidades do ensino secundário geral do sistema nacional de ensino e algumas funções de coordenação pedagógica
Ministério da Educação, Direcção da Educação e Cultura da Cidade de Maputo
Administração Pública (Local)

Formação académica e profissional

Datas Desde Setembro de 2010
Designação da qualificação atribuída Mestrando em Sociologia e Planeamento

Estudo Exploratório da Participação Associativa dos Jovens da Cidade de Maputo

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa.

De 2000 a 2005
Licenciado em Sociologia
Universidade Eduardo Mondlane, Cidade de Maputo, Moçambique.

De 2000 a 2003

Bacharel em Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane, Cidade de Maputo, Moçambique.

Aptidões e competências pessoais

Língua (s) materna (s) Xitshwa (fala e escreve basicamente)
Outras (s) línguas (s) Inglês (fala e escreve razoavelmente)
Francês (fala e escreve basicamente)
Português (fala e escreve fluentemente)

Aptidões e competência Domínio do Microsoft Office (Word, Excel e Access)
Informáticas Internet Explorer, Outlook Express, PowerPoint, etc.

Carta de condução Veículos ligeiros - 2004